



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Roberta Maria Federico**

**Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção acadêmica brasileira (2001-2012)**

**RIO DE JANEIRO**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Roberta Maria Federico

Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção acadêmica brasileira (2001-2012)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPQ, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Teixeira Portugal

Área de concentração: Subjetividade, cognição e práticas clínicas.

RIO DE JANEIRO

2014

F293

Federico, Roberta Maria

Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção acadêmica brasileira (2001-2012) / Roberta Maria Federico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

115f.

Orientador: Francisco Teixeira Portugal

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

1. Psicologia - Levantamentos. 2. Relações raciais. 3. Racismo. I. Portugal, Francisco Teixeira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 150.7

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Roberta Maria Federico

Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção acadêmica brasileira (2001-2012)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPQ, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Teixeira Portugal

Área de concentração: Subjetividade, cognição e práticas clínicas.

Aprovado em:

### Banca Examinadora

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## Dedicatória

À minha mãe, Dona Maria Isabel (*in memoriam*) por todo o amor em nossa criação mesmo quando a doença já havia levado sua saúde embora. Ao meu pai, Seu Luiz, por me ensinar a transformar teimosia em resistência. Ao meu irmão Wellington, por me ensinar a indignação diante das injustiças desse mundo.

## Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Portugal, pela disposição em acolher e orientar minha proposta de pesquisa e pelas sugestões de análise valiosas. Ao PPGP-UFRJ, pela equipe de professores dedicados a estimular o corpo discente a ir além das institucionalidades acadêmicas e a pensar uma psicologia brasileira mais próxima de seu povo. Ao CNPq, pelo apoio financeiro, que permitiu a realização desta pesquisa.

À ABPsi pela inspiração, pela mobilização em me acolher e pelas 4 décadas de produção acadêmica direcionada aos problemas que afetam a população negra. Ao Dr. Mark Bolden, pela hospitalidade e pelo companheirismo intelectual.

A Olodumare, aos Orixás e aos meus ancestrais, por não me deixarem só e me guiarem nessa caminhada. À Yιά Torody D'Ogum e à minha família Ile Asè Ala Koro Wo pelos ensinamentos e cuidados recebidos, a todos os meus amigos.

## O preto em movimento - Mv Bill

Não sou o movimento negro  
Sou o preto em movimento  
Todos os lamentos (Me fazem refletir)  
Sobre a nossa história  
Marcada com glórias  
Sentimento que eu levo no peito  
É de vitória  
Seduzido pela paixão combativa  
Busquei alternativa (E não posso mais fugir)  
Da militância sou refém  
Quem conhece vem  
Sabe que não tem vitória sem suor  
Se liga só, tem que ser duas vezes melhor  
Ou vai ficar acuado sem voz  
Sabe que o martelo tem mais peso pra nós  
Que a gente todo dia anda na mira do algoz  
Por amor a melanina  
Coloco em minha rima  
Versos que deram a volta por cima  
O passado ensina e contamina  
Aqueles que sonham com uma vida em liberdade  
De verdade  
Capacidade pra bater de frente  
E modificar o que foi predestinado pra gente  
Dignificar o que foi conquistado  
Mudar de estado, sair de baixo  
Sem esculacho é o que eu acho  
Não me encaixo nos padrões  
Que visam meus irmãos como vilões  
Na condição de culpados  
Ovelha branca da nação

Que renegou a pretidão (Na verdade é que você...)  
Tem o poder de mudar "rapá"  
Então passe para o lado de cá, vem cá  
Outra corrente que nos une  
A covardia que nos pune  
A derrota se esconde no irmão  
Que não se assume  
Chora quando é pra sorrir  
Ri na hora de chorar  
Levanta quando é pra dormir  
Dorme na hora de acordar  
Desperta  
Sentindo a atmosfera, que libera dos porões  
E te liberta (Sará criolo...)  
Muita força pra encarar qualquer bagulho  
Resistência sempre foi a nossa marca, meu orgulho  
É bom ouvir o barulho  
Que ensina como caminhar (Eu estou sempre na minha...)  
Não vou pela cabeça de ninguém  
Pode vir que tem  
Alguidar dominará em Português, Favelês ou em Ioruba, Axé  
Pra quem vai buscar um "aqué"  
E deixa de ser um qualquer  
Já viu como é  
Preto por convicção acha bom submissão  
Não, da ré no Monza e embranquece na missão  
Tem que ser sangue bom com atitude  
Saber que a caminhada é diferente pra quem vem da negritude  
Que um dia isso mude  
Por enquanto vou rezar pro santo  
E que nós nos ajude



## Resumo

FEDERICO, R.M. **Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção acadêmica brasileira (2001-2012)**. 2014. 84f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A pesquisa teve como objetivo realizar uma análise crítica sobre a produção acadêmica brasileira no campo da psicologia e das relações raciais. Sabe-se que há muito o tema vem sendo debatido em diversos campos de conhecimento, mas a percepção de uma reduzida participação da psicologia no debate ensejou esta pesquisa. Foi realizado um levantamento sistemático em bases de dados acadêmicas, de modo em que foram recenseados artigos, teses, dissertações e livros, publicados entre 2001 e 2012. Na pesquisa, foram utilizados os descritores: “negro”, “raça”, “relações raciais”, “racismo”. Como resultado final, foram listadas 25 teses, 42 dissertações, 16 artigos e 16 livros e optou-se por realizar somente a análise dos artigos, por também serem considerados representativos de pesquisas de mestrado e doutorado. Para a realização deste estudo foi utilizado o referencial da psicologia crítica do racismo, articulado com a análise de conteúdo, de forma que buscamos articular pontos de vista quantitativos, descritivos, analíticos, sociais e políticos do material recenseado. As questões de pesquisa que direcionaram a análise deste material foram: a busca por um posicionamento político definido por parte dos autores no que se refere à discussão sobre relações raciais e, ainda, de que maneira o conhecimento produto das pesquisas analisadas é emancipador no sentido da superação das desigualdades raciais e da reparação dos danos causados pelo racismo.

Palavras-chave: psicologia crítica, racismo, raça, relações raciais.

## Abstract

FEDERICO, R.M. **Psychology, race and racism: a reflection on the Brazilian academic production (2001-2012)**. 2014. 84f. Thesis (Master) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The research aimed to conduct a critical analysis of the Brazilian scientific production in the field of psychology and race relations. It is known that the issue has long been debated in various fields of knowledge, but the perception of a reduced contribution of psychology in the debate gave rise this search. A systematic survey was conducted on a basis of academic data, so that articles, thesis, dissertations and books, published between 2001 and 2012 were surveyed. In the research, the descriptors that were used: "black", "race", "race relations", "racism". As a final result, were listed 25 dissertations, 42 thesis, 16 articles and 16 books. We decided to perform only the analysis of the articles, as they are also considered representative of masters and doctoral research. For this study the theoretical framework used was critical psychology of racism, in conjunction with content analysis, so we seek to articulate points of view quantitative, descriptive, analytical, social and political in that material. Questions which guided the analysis of this material were: the search for a political position defined by the authors as regards the discussion on race relations and also how the product knowledge of the research is analyzed towards emancipatory overcome racial inequalities and repairing the damage caused by racism.

Keywords: critical psychology, racism, race, race relations.

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	11
2. INTRODUÇÃO .....	17
2.1 Definições de raça e racismo .....	17
2.2 A campanha “Reaja, ou seja morta; reaja, ou seja morto” como contraponto à pacificação de jovens negros: os mortos têm voz.....	20
2.3 Psicologia e racismo científico .....	23
2.4 A psicologia pelo fim da segregação racial: a experiência de Kenneth Clark .....	26
2.5 - Psicologia e relações raciais: uma versão brasileira .....	28
3. REVISÃO TEÓRICA .....	32
3.1 Perspectivas pós-coloniais e Psicologia da Libertação .....	32
3.2 Psicologia Negra .....	34
3.3 Psicologia Crítica .....	37
4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO .....	47
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	54
5.1 Quadro analítico dos artigos.....	54
5.2 Abordagens teóricas correntes .....	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	73
ANEXOS .....	78

## 1 - APRESENTAÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa é realizar uma reflexão sobre as produções acadêmicas brasileira em psicologia, cujo tema de pesquisa são as relações raciais. Entretanto, antes de contar esta história, penso ser importante me localizar politicamente enquanto pesquisadora a partir de histórias que vivi até chegar à definição do objeto e ao processo de escrita desta pesquisa.

Dois anos após meu ingresso na graduação em Psicologia, tive meus primeiros contatos com a cultura hip-hop e comecei a participar ativamente da produção de eventos e elaboração de artigos para *websites* especializados. Ficava impressionada com a riqueza e a força das letras de rap, e mais ainda com o protagonismo e a iniciativa dos artistas-ativistas. Da escrita dos versos de *rap* no caderno velho até a produção final do evento em alguma periferia da cidade. Confecção de zines, publicações de livros independentes, produção das bases instrumentais das músicas, realização de oficinas, divulgação e articulações com outros grupos foram coisas que aprendi com o hip-hop. A filosofia do “nós por nós”, sempre foi algo muito presente e que formou muita gente. Além disso, com o hip-hop aprendi a valorização da minha negritude, a afirmação das minhas raízes e da minha história. O hip-hop me deu, acima de tudo, a alegria de descobrir quem eu era e me fez pensar qual era o meu papel enquanto uma das poucas jovens negras sentadas nos bancos de uma das maiores universidades do país. O bumbo e a caixa deram a trilha sonora e a linha política da minha graduação. Deu um sentido à minha formação acadêmica. Tudo o que se seguiu depois disso, partiu daqui.

Em 2006, logo após concluir o Bacharelado em Psicologia, iniciei minhas atividades como bolsista de extensão do Programa “Conexões de Saberes: Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares”, um programa multidisciplinar que buscava discutir o acesso e permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas. Este programa foi coordenado pela ONG Observatório de Favelas e chegou a estar ativo em 32 universidades federais do Brasil. Enquanto fui bolsista tive a oportunidade de escrever junto ao grupo de trabalho em que participava e sob a orientação da professora Sabrina Moehlecke, o artigo “Juventude brasileira: dilemas e desafios no acesso ao ensino superior”, que foi publicado no livro “Políticas públicas no território das juventudes”. No ano seguinte o programa Conexões de Saberes da UFRJ adotou uma organização interna em grupos de trabalhos – os GT’s – e eu fui integrada ao GT de Ações Afirmativas, onde tive uma formação teórica mais aprofundada

sobre o tema das relações raciais no Brasil. Elaboramos coletivamente o trabalho “A formação de novos sujeitos na universidade pública brasileira: a experiência dos estudantes da UERJ” e o apresentamos nos congressos de extensão e de iniciação científica da UFRJ. Neste artigo discutíamos autonomia universitária e como políticas de ações afirmativas, aliadas a outros incentivos, poderiam cooperar na formação de novos sujeitos políticos.

No ano seguinte, em 2007, realizei um estágio em Psicologia no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, em um programa cujo objetivo era a redução dos índices de violência através da realização de grupos facilitados por profissionais de nível superior e que haviam recebido previamente uma capacitação na metodologia específica do trabalho. Toda a proposta de realização de tal programa no município partiu de dados estatísticos sobre a violência na região, com um recorte específico sobre a demografia local. E este foi o ponto crítico a partir de onde se instaurou uma crise durante nossa capacitação, uma vez que a Baixada Fluminense é uma região com alta concentração de população negra e historicamente possui altos índices de violência articuladas com coronelismo político. À determinada altura do curso, um dos professores afirmou que “pacificar jovens negros violentos”<sup>1</sup> era uma das metas do projeto, pois as estatísticas mostravam que este perfil de população era o que mais se configurava como algoz e também como vítimas da violência. Aquela afirmativa foi o estopim de uma discussão entre toda a turma, que tinha a diversidade racial e geográfica como marcas. E eu naquela situação me perguntava se o papel da Psicologia seria mesmo aquele: o de gerenciar vidas de acordo com interesses nebulosos. Eu havia compreendido que talvez a intenção do projeto não fosse ruim, mas a forma como foi colocada a ideia de pacificação de um grupo racial soou de maneira péssima para o grupo todo. Um dos nossos colegas, um psicólogo negro e morador da Baixada Fluminense, foi o mais enfático e inquieto na discussão, apontando que deveríamos avaliar as causas e o contexto histórico-político em que tudo se dava. Diante daquela situação, o projeto entrou em duas semanas de recesso para que houvesse um redesenho. Na nossa reunião seguinte, tivemos nossa primeira grande surpresa: metade dos colegas do curso havia sido desligada durante o recesso. Qualquer observador mais atento notaria que as pessoas desligadas foram as que mais contra argumentaram acerca da necessidade de “pacificação de jovens negros violentos”, e que, por alguma razão ou eram profissionais negros ou moradores da Baixada Fluminense. Cheguei a pensar que consegui “sobreviver” à demissão em massa por conta do meu perfil, de observar muito e falar pouco. Talvez tenha sido isso mesmo, ou talvez não... Nunca me atrevi a perguntar. Mas aquela foi

---

<sup>1</sup> A discussão sobre os índices de mortalidade da juventude negra no Brasil será retomada no próximo capítulo.

uma situação emblemática do quão profunda e tensa é a questão racial no Brasil. E então me dei conta que aquela situação em si poderia ser posta em análise. Por que é tão incômodo falar sobre isso? Quais os impactos que essas relações produzem nos sujeitos? Minha formação acadêmica não abordou esse tema, mas será que a Psicologia já teria produzido contribuições sobre o assunto? Se sim, quais? No decorrer do projeto, me deparei outras vezes com situações em que um embasamento em relação à temática racial em termos de psicologia fez falta. Realizei grupos reflexivos com jovens estudantes da rede pública e com apenados da 52ª Delegacia Policial. Nós discutíamos questões que os grupos traziam e, mais uma vez a questão das relações raciais retornou quando um dos membros do grupo de jovens estudantes, um menino negro de 12 anos, disse que preferia ser chamado de moreno em vez de negro porque, segundo ele, “é muito ruim ser negro no Brasil”. Fizemos um bom debate sobre racismo com o grupo, mas no final fiquei pensando em quão potente é a dinâmica racial brasileira, em fazer pessoas tão jovens terem uma representação tão negativa já sedimentada sobre ser negro. O menino em questão era um representante da categoria dos “jovens negros violentos”, que tanto mal-estar havia causado durante nossa capacitação. Alguns anos depois encontrei um texto do psicólogo afro-americano Wade Nobles (2009), da Universidade de São Francisco, que dizia claramente: “Reforçar na psiquê das crianças a mensagem de que ser negro é ser, por natureza, uma versão inferior e desviante da pessoa humana, equivale a abusar das crianças e negligenciá-las” (Larkin, 2009, p. 288). Aquela não era uma questão clínica individual, mas um assunto que dizia respeito a praticamente metade da população brasileira.

Em 2008 dei continuidade ao meu processo de formação acadêmica, participando do curso de atualização “A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas”, realizado em parceria entre a UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a UTx - University of Texas at Austin. Neste curso comecei a entender que as questões que atingiam a população negra no Brasil eram compartilhadas por populações afrodescendentes em diversos países. Tive acesso a uma bibliografia mais aprofundada sobre história, feminismo negro, religiosidade de matriz africana e metodologia de pesquisa ativista. Ao final do curso senti como mais um degrau construído, mas que ainda faltava algo, pois eu não pretendia me afastar do campo da psicologia e via uma demanda bem explícita acerca das contribuições que a psicologia poderia dar em um debate que até então vinha sendo ocupado por áreas como antropologia, história, sociologia e educação.

Em 2009 finalmente surgiram oportunidades de articular as coisas que eu havia gestado em pensamento nos anos anteriores. Naquele ano, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro organizou um grupo de trabalho chamado “Psicologia e Relações Raciais”, do qual fui convidada a participar. Ao longo do ano realizamos uma série de atividades, tendo como objetivo levar a discussão para a categoria profissional. Além disso, apresentamos no CONPSI – Congresso Norte e Nordeste de Psicologia, o trabalho “Entre muros "invisíveis": a discussão das relações raciais dentro das práticas psi”. Com a experiência do grupo, concluímos que são necessárias mais referências sobre o assunto dentro do campo da Psicologia uma vez que falávamos muito sobre nossas experiências, mas tínhamos a sensação da existência de pouca produção teórica para nortear nossas discussões. Neste mesmo ano, comecei a trabalhar na Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, numa época em que a FIOCRUZ esteve na gestão da Atenção Básica. Trabalhei no Departamento de Políticas Específicas, cujo objetivo era pôr em prática políticas específicas de atendimento a grupos historicamente marginalizados. Destes grupos, os que mais estiveram presentes eram os ciganos, o movimento negro e o movimento LGBT. Organizamos oficinas para os profissionais da rede de saúde objetivando sua sensibilização para demandas como o combate ao racismo institucional e a informação sobre o direito ao uso do nome social, no caso de usuários transgêneros. Aquela foi, sem sombra de dúvidas, uma experiência riquíssima no que diz respeito ao diálogo dos movimentos sociais com o poder público e onde pude entender que não se muda toda uma cultura de discriminação e preconceito unicamente através de leis.

Em 2010, se deu uma descoberta importante para a trajetória desta pesquisa. Eu costumava buscar informações sobre psicologia e a população negra em sites de pesquisa, procurando artigos sobre os impactos do racismo na saúde mental da população negra. E sempre encontrava poucas coisas, até que um dia me ocorreu realizar a busca com os termos em inglês: “psychology” e “black”. A busca me retornou um grande número de resultados e entre eles o de uma instituição chamada “*ABPsi – The Association of Black Psychologists*”, que foi fundada em 1968, durante a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, numa ruptura com a “*APA – American Psychological Association*”, e que possuía um vasto acervo de produções teóricas, inclusive o periódico “*The Journal of Black Psychology*”, indexado à SAGE. Naquele ano e no seguinte, participei da convenção anual realizada pela instituição desde sua fundação, evento em que fui muito bem acolhida e onde encontrei intelectuais ativistas que me incentivaram e inspiraram a ingressar em um programa de pós-

graduação. Voltei pro Brasil com essa meta e em 2012 ingressei no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ, na linha de pesquisa “Processos psicossociais e coletivos”.

Durante o mestrado, os encontros de orientação e as disciplinas muito me ajudaram a produzir um projeto de pesquisa com um bom recorte. A participação nos encontros mensais organizados pelo Clio-Psyché, na UERJ, forneceu valioso material teórico que subsidiou a lapidação do meu objeto de pesquisa. A experiência da tutoria didática foi importante como minha primeira experiência de docência no ensino superior. Acompanhei o planejamento e a realização de cada uma das aulas da disciplina obrigatória Psicologia Social II. Além disso, tive a oportunidade de ministrar uma aula, e escolhi a temática racial como tema. Foi uma experiência especial porque naquele momento um dos alunos apontou que, durante toda a graduação dele, aquela era a primeira vez em que estava assistindo uma aula onde se debatia especificamente o racismo. Aquela foi uma fala impactante para mim, porque naquele momento pude me visualizar no lugar do estudante, fazendo a mesma consideração. Afinal de contas, eu também não tive uma aula sequer sobre racismo durante minha graduação.

E assim esta pesquisa foi tomando forma. Produzi meu projeto de pesquisa a partir destas questões, mas precisava definir um recorte específico, histórico e geográfico. E essas decisões foram as mais difíceis de serem tomadas, por serem estratégicas. A primeira opção seria a de analisar as discussões em torno das teorias raciais e do caráter nacional brasileiro no início do século XX. Em seguida fiz o julgamento pessoal de que seria mais importante analisar as produções contemporâneas porque, que embora fossem em menor quantidade numérica do que o material do início do século, ofereciam um recorte atualizado sobre o estado da arte, em que o debate racial retornou por meio da adoção de políticas de ações afirmativas. O ponto considerado inicialmente importante foi a produção internacional sobre o assunto, especialmente a de língua inglesa, uma vez que os países de colonização inglesa tiveram uma experiência racial diferente dos de colonização ibérica e por isso abordavam o tema de outro modo, enriquecendo ainda mais a análise. Finalmente, decidi por fazer um recorte histórico que teria como período inicial o ano de 2001. A escolha deste ano se deveu por marcar o início da aplicação de políticas de ações afirmativas em universidades brasileiras e também a realização da Conferência de Durban – III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata - na África do Sul, em que foram discutidas formas de eliminação do racismo e da xenofobia. O período final foi o ano 2012, ano em que essa pesquisa de mestrado teve início. Também foi o ano em que a lei



nº 12.711 de 29/08/2012 foi sancionada, dispondo sobre reserva de vagas no ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e médio.

Selecionei como campo de busca os seguintes materiais: livros, teses, dissertações, artigos. Os resultados encontrados neste levantamento serão listados integralmente nos Anexos. Entretanto, teremos como foco de análise somente os artigos recenseados, por considerarmos que estes são uma forma de amostra de pesquisas acadêmicas mais aprofundadas de mestrado e doutorado e também por conta de limitações de tempo.

Os capítulos serão organizados da seguinte forma; na introdução será feito um panorama dos caminhos pelos quais a psicologia já se relacionou com as questões de raça e relações raciais, apontando tanto as discussões que reforçavam o racismo científico quanto as que se alinhavam a uma produção teórica anti-racista. A bibliografia deste capítulo traz boas contribuições para uma análise histórica. Em seguida será feita uma revisão teórica onde serão discutidas três abordagens da psicologia a partir de onde foram formuladas as questões que norteiam essa pesquisa. As abordagens apresentadas são as das perspectivas pós-coloniais e da psicologia da libertação; a psicologia negra e a psicologia crítica. Ao final desta seção será discutida qual a apropriação feita em cada uma dessas abordagens. A seção seguinte apresentará os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, com sua descrição e seus referenciais teóricos. A metodologia da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico utilizando como descritores: “negro”; “raça”; “relações raciais”, “racismo” nos seguintes bancos de dados: Minerva – Sistema de Comunicação da UFRJ; Biblioteca Nacional; Base de dados CAPES e Banco de Teses da CAPES. Será feito um quadro analítico organizando este material de acordo com seus objetivos, sua orientação metodológica, a existência de um posicionamento político definido por parte dos autores e das possibilidades de contribuições na superação das desigualdades raciais. Após isso, discutiremos os eixos de tensão das linhas teóricas mais utilizadas em formas de categorias de análise e partiremos para as considerações finais. O referencial teórico que balizou todo o desenho desta pesquisa é o da psicologia crítica do racismo, que questiona de que forma a psicologia hegemônica vem contribuindo na manutenção das desigualdades raciais, articulada com a análise de conteúdo.

## 2 – INTRODUÇÃO

### 2.1 - Definições de raça e racismo

Optamos por definir o conceito de raça o mais rápido possível, uma vez que sabemos tratar-se de um assunto controverso e sensível. É um consenso na Sociologia que a raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. Ainda assim, é atribuído ao conceito de raça um grande poder de influência sobre a organização e as interações sociais.

A emergência do conceito de raça no pensamento ocidental e em seu sentido moderno ocorreu no século XIX, e sua popularidade teve aumento devido a uma variedade de fatores ideológicos e culturais. Só na década de 1930 alguns geneticistas começaram as discussões para negar sua validade científica.

O termo “grupo étnico” tem sido proposto como uma alternativa à “raça”, tendo sido entendido para se referir a grupos melhor definidos culturalmente do que em termos biológicos. Isto tem sido problemático a partir do momento em que se compreende que a diferenciação cultural que haverá na segunda ou terceira gerações de imigrantes, por exemplo, e seria difícil prever que houvesse a manutenção da cultura destas gerações.

Posto isso, uma questão que se coloca diz respeito à denominação entre distintos grupos raciais. A sociedade brasileira é fortemente marcada pela miscigenação, sendo muito difícil a categorização dos indivíduos em grupos estanques. Optamos pelo uso do termo negro para agregar pretos e pardos, uma vez que é uma nomenclatura também utilizada pela mídia, pelo movimento negro e pelo governo, embora o discurso popular utilize o termo negro como sinônimo de preto. Outro aspecto relevante é o diálogo existente entre os movimentos sociais num nível internacional, de onde são percebidas as influências que este diálogo produz em questões práticas. Exemplo disso é o fato de que em alguns países da América Latina, o uso do termo negro é extremamente depreciativo. Por conta disso, alguns setores do movimento negro brasileiro optam pelo uso do termo afrodescendente, que remete diretamente à descendência de escravos africanos e fortalece o movimento por reparações pela escravidão.

O racismo também tem se provado um conceito de definição bastante difícil, e alguns autores identificam uma variedade de “racismos”. Richards (2012) define racismo como qualquer prática, intencional ou não, que impeça uma minoria racial ou étnica de usufruir de

todos os direitos, oportunidades e responsabilidades disponíveis para a maioria da população. O mesmo autor aponta para um consenso mais amplo que é uma tendência da psicologia mais recente de ver o racismo num nível individual, no limiar da psicopatologia. Do ponto de vista deste autor, um olhar psicopatológico tem como desvantagem o fato de não levar em conta aspectos históricos e fatores econômicos e sociais de igual importância na análise do fenômeno.

Lima e Vala (2004) apresentam em seu trabalho “As novas formas de expressão do preconceito e do racismo” uma discussão sobre as diferenças entre preconceito e racismo:

O racismo, por sua vez, diferentemente do preconceito, é muito mais do que uma atitude. O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a que é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. (...) Neste sentido, o racismo pode ser distinguido do preconceito por uma série de características. O racismo repousa sobre uma crença na distinção natural entre os grupos, ou melhor, envolve uma crença naturalizadora das diferenças entre os grupos, pois se liga à ideia de que os grupos são diferentes porque possuem elementos essenciais que os fazem diferentes, ao passo que o preconceito não implica na essencialização ou naturalização das diferenças. Outra diferença entre racismo e preconceito é de que o racismo, diferentemente do preconceito, não existe apenas a um nível individual, mas também a nível institucional e cultural. (LIMA & VALA, 2004, p. 402)

Neste mesmo trabalho, eles trazem seis novas conceituações sobre o racismo: racismo moderno; racismo simbólico; racismo aversivo; racismo ambivalente; preconceito sutil e racismo cordial, levando em conta suas especificidades e discutindo sua validade empírica:

(...) o racismo moderno se baseia no seguinte conjunto de crenças e avaliações: a) a discriminação é uma coisa do passado podem os negros podem agora competir e adquirirem as coisas que eles almejam; b) os negros estão subindo economicamente muito rápido e em setores nos quais não são bem-vindos; c) os meios e as demandas dos negros são inadequados ou injustos e, d) os ganhos recentes dos negros não são merecidos e as instituições sociais lhes dão mais atenção do que eles deveriam receber. (LIMA & VALA, 2004, p. 404)

O racismo simbólico representa uma forma de resistência à mudança no *status quo* das relações racializadas nos EUA pós Declaração dos Direitos Civis. Esta forma de racismo se baseia em sentimentos e crenças de que os negros violam os valores tradicionais americanos do individualismo ou da ética protestante (obediência, ética do trabalho, disciplina e sucesso). (...) Kinder e Sears (1981) realizam um estudo para confirmar estas asserções e verificam que o racismo simbólico está associado à crença de que os negros estão indo muito longe na luta por direitos iguais e com o desejo de restrição das políticas de ação afirmativa. (LIMA & VALA, 2004, p. 404).

(...) o racismo aversivo é concebido como uma síntese decorrente, por um lado, da assimilação de um sistema de valores igualitários e, por outro lado, da vivência de sentimentos e crenças negativos em relação aos negros. Estes sentimentos e crenças negativos, de acordo com a teoria, seriam em decorrência de dois mecanismos: a) do contexto racista de socialização a que os atores sociais estão sujeitos, e b) dos mecanismos da categorização e do viés endogrupal, que contribuem para o desenvolvimento dos estereótipos e do preconceito. (LIMA & VALA, 2004, p. 405)

A teoria do racismo ambivalente se assemelha em muitos pressupostos à teoria do racismo aversivo. Tanto o racista ambivalente quanto o racista aversivo procuram manter uma auto-imagem e imagem pública de pessoa igualitária e não preconceituosa. (...) a ambivalência resulta da dupla percepção de que os negros são desviantes e, ao mesmo tempo, estão em desvantagem em relação aos brancos. A ambivalência de sentimentos e atitudes normalmente gera uma tensão e um desconforto psicológico. Para reduzir esta tensão e este desconforto os indivíduos tenderiam a polarizar ou radicalizar suas atitudes raciais. Este fenômeno de exagero de respostas, [é] conhecido como *response amplification*.” (LIMA & VALA, 2004, p. 406)

O preconceito sutil, uma forma mais velada ou disfarçada de preconceito, é composto por três dimensões. A primeira dimensão é a dimensão da defesa dos valores tradicionais. (...) A segunda dimensão é a dimensão do exagero das diferenças culturais.(...) a terceira dimensão do preconceito sutil, a dimensão da negação de emoções positivas, caracterizando-se pela rejeição à expressão de simpatia e admiração com relação aos membros do exogrupo. (LIMA & VALA, 2004, p. 407)

O racismo cordial é definido como uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos), que se caracteriza por uma polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho “racial” (LIMA & VALA, 2004, p. 407)

Paixão (2010) define o preconceito social, étnico e racial como uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos, fenotípicos ou culturais, podendo estes elementos agir conjuntamente ou não. O relatório “Atlas da Desigualdade Racial”, organizado pelo mesmo autor, tem o mérito de materializar em números conceitos de tão difícil definição, mas facilmente observáveis no plano concreto. Paixão argumenta que o racismo atua no sentido da fundamentação ética das relações assimétricas de poder entre o grupo beneficiário da discriminação e os prejudicados por estas práticas.

No plano econômico, a discriminação atua diferenciando, entre os grupos étnico-raciais, as probabilidades de acesso aos ativos econômicos e mecanismos favorecedores à mobilidade social ascendente: empregos, crédito, propriedades, terra, educação formal, acesso às universidades, qualificação profissional, treinamentos no emprego (*job training*). No plano dos direitos sociais, a discriminação opera tolhendo, aos grupos discriminados, o acesso à justiça e à proteção policial contra a violência, bem como criando barreiras ao acesso aos bens de uso coletivo nos planos educacional, ao sistema de saúde e à realização de investimentos públicos nas áreas mais frequentes de residência etc. No plano legal, quando chegam a este ponto, as práticas discriminatórias contra o outro acabam sendo expressas institucionalmente, passando a integrar o corpo das leis da nação, tal como revela a experiência de países como, por exemplo, EUA (até os anos 1960, quando começaram a ser superadas) e África do Sul (até 1994, quando, oficialmente, se encerrou o apartheid). (PAIXÃO, 2010, p. 21)

## **2.2 – A campanha “Reaja, ou seja morta; reaja, ou seja morto” como contraponto à pacificação de jovens negros: os mortos têm voz**

Em meados de 2013 ocorreu uma série de manifestações populares e uma delas em especial me chamou à atenção. No mês de agosto daquele ano a organização Quilombo Xis Ação Cultural Comunitária realizou na cidade de Salvador a “Marcha contra o genocídio do povo negro”, que agregou cerca de cinco mil pessoas, em grande maioria, familiares que haviam perdido parentes vitimados pela violência do Estado. Eu havia estado na cidade dois meses antes, no mês de junho, quando a organização recebeu um telefonema relatando a situação que havia acontecido na cidade de Itacaré e que precisava de intervenção imediata para proteção da família. Um adolescente de 16 anos, negro, havia desaparecido. Sua família havia iniciado as buscas, tendo registrado o desaparecimento na delegacia e também procurando por conta própria. O corpo do rapaz foi encontrado pelo próprio pai, que reconheceu a panturrilha do filho, enterrada nas proximidades da comunidade. O jovem havia sido executado, esquartejado e enterrado de cabeça pra baixo. A partir desse episódio teve início uma saga familiar, que teve que se mudar às pressas em fuga, devido às ameaças que passaram a sofrer por parte de alguns policiais.

Acompanhei parte deste episódio, que foi um entre muitos e refleti sobre a relação que academia desenvolve com movimentos sociais. Não fui à Salvador com a intenção de buscar dados para esta pesquisa, tratou-se de uma viagem com propósitos pessoais. Além disso, ao longo do curso de mestrado conscientemente me esforcei para minimizar as influências que meu histórico de envolvimento com movimentos sociais teria. Algum tempo depois, compreendo como as vivências se articularam involuntariamente com o propósito da pesquisa. O que a discussão sobre psicologia e relações raciais teria a ver com o movimento contra o genocídio do povo negro? Ou ainda, o que faz a Psicologia ignorar esta pauta política? A princípio a questão do trauma, tanto em nível individual quanto coletivo. Por outro lado, buscar compreender como um índice tão alto é tratado de forma tão naturalizada e que parece não ter importância nenhuma, dialogando com a herança colonial escravocrata em que pessoas negras eram “coisificadas”. Segundo os coordenadores da campanha “Reaja” é que seja feita uma politização dessas mortes em lugar de tratar apenas como dados esta

Segundo Waiselfisz (2013) dos 49 mil jovens assassinados no Brasil em 2011, 71% são negros. Trata-se de um dado alarmante em que não se sabe qual das informações escandaliza mais: a proporção de 71% de negros ou o assassinato anual de 49 mil jovens no país.

**Tabela 8.2.1. Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população total. Brasil, 2002/2010.**

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama- rela	Indí- gena	Total	Participação (%)		Vitimi- zação(%)
								Branca	Negra	
2002	18.867	4.099	22.853	26.952	103	75	45.997	41,0	58,6	42,9
2003	18.846	4.657	23.674	28.331	178	78	47.433	39,7	59,7	50,3
2004	17.142	4.153	23.549	27.702	139	71	45.054	38,0	61,5	61,6
2005	15.710	3.806	24.648	28.454	81	93	44.338	35,4	64,2	81,1
2006	15.753	3.949	25.976	29.925	91	125	45.894	34,3	65,2	90,0
2007	14.308	3.921	26.272	30.193	45	144	44.690	32,0	67,6	111,0
2008	14.650	3.881	28.468	32.349	74	153	47.226	31,0	68,5	120,8
2009	14.851	3.875	29.658	33.533	60	135	48.579	30,6	69,0	125,8
2010	14.047	4.071	30.912	34.983	62	111	49.203	28,5	71,1	149,0
2011	13.895	4.155	31.052	35.207	69	138	49.309	28,2	71,4	153,4
Total	158.069	40.567	267.062	307.629	902	1.123	467.723	33,8	65,8	94,6
Δ%	-26,4	1,4	35,9	30,6	-33,0	84,0	7,2	-31,3	21,9	

Fonte: SIM/SVS/MS

\*soma das categorias preta e parda

O mesmo autor conclui que, no conjunto da população o número de vítimas brancas caiu de 18.867 em 2002 para 13.895 em 2011, o que representou um significativo decréscimo: 26,4%. Já as vítimas negras cresceram de 26.952 para 35.297 no mesmo período, isto é, um aumento de 30,6%. Assim, a participação branca no total de homicídios do país cai de 41% em 2002, para 28,2% em 2011. Já a participação negra, que já era elevada em 2002, 58,6%, cresceu mais ainda, indo para 71,4%. Com esse diferencial a vitimização negra passa de 42,9% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 42,9% mais vítimas negras que brancas – para 153,4% em 2011, em um crescimento contínuo, ano a ano, dessa vitimização. (Waiselfisz, 2013: 88)

O reconhecimento deste problema por parte do governo federal se deu não só pela elaboração deste estudo sobre as mortes entre a juventude, mas também pelo lançamento de

um plano de enfrentamento à violência contra a juventude negra, o Plano Juventude Viva, que:

(...) reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos.

As ações do Plano Juventude Viva visam a ampliação dos direitos da juventude, a desconstrução da cultura de violência, a transformação de territórios atingidos por altos índices de homicídios e o enfrentamento ao racismo institucional, com sensibilização de agentes públicos para o problema. (...)

O plano prioriza 142 municípios brasileiros, distribuídos em 26 estados e no Distrito Federal, que em 2010 concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros. A relação inclui as capitais de todos os estados brasileiros. São 11 ministérios envolvidos. Juntos, eles articulam ações de 44 programas em 96 municípios. Todos atuando com diversas ações e serviços em vários territórios brasileiros com alto índice de vulnerabilidade. Até junho de 2014, foram empenhados R\$ 600 milhões. (BRASIL, 2013)

Um aspecto crucial que diferencia esta iniciativa daquela que se propunha “pacificar jovens negros violentos”, é o reconhecimento e o enfrentamento ao racismo institucional como atravessador dos dados estatísticos sobre os quais ambos os programas se debruçavam e se debruçam.

### **2.3 - Psicologia e racismo científico**

Desde meados da década de 1850, especialmente após a publicação em 1859 do livro “A origem das espécies”, de Charles Darwin, o pensamento evolucionista tem fornecido um quadro teórico abrangente para diversos campos da psicologia. Estudos sobre o comportamento animal, desenvolvimento infantil, as diferenças individuais, a fisiologia dos processos psicológicos, psicologia social, psicopatologia, o estudo das emoções e tantos outros campos da psicologia podem ser estudados tendo a perspectiva evolucionista como ponto de partida. Especialmente na sociedade norte-americana, um fator que influenciou este campo foi a necessidade do governo de “gerenciar a individualidade”, nas sociedades industrializadas no período da Guerra Fria. Naquele momento político, o que era demandado da psicologia era que fornecesse elementos que guiassem a construção das subjetividades e ao mesmo tempo, fosse capaz de explicar a mente humana.



Esta orientação evolucionista afetou profundamente as versões científicas sobre o que seriam as raças. A “biologização” da diversidade humana acabou sendo consolidada não só pela aparência física, mas também pelo temperamento e pela cultura, que era compreendida como um reflexo do *status* do estágio evolucionário de um povo. De acordo com esta lógica, não ficaria difícil concluir que a hegemonia europeia estaria garantida perpetuamente.

Por outro lado, existiam contradições no racismo científico, sendo destas a mais significativa a crença na imutabilidade das características raciais e a existência de “essências” raciais, que se manteriam inalteradas. O debate em torno da questão da imutabilidade se mantém até os dias de hoje no que se refere às teorias evolucionistas de Darwin e Lamarck.

As diferenças psicológicas entre as raças era um tema de pesquisa recorrente, ainda que os teóricos que liderassem estes estudos não fossem psicólogos, mas sim antropólogos que se mantinham especialmente apegados à noção essencialista de raça. Para eles, as evidências das diferenças entre “caucasianos” e “negros” eram indiscutíveis. Um aspecto desse debate girava em torno dos estudos sobre as fisionomias humanas. Havia um entendimento de que o aspecto físico refletiria as características psicológicas e, com isso, eram produzidas descrições antropológicas que nos dias atuais seriam consideradas racistas. Elementos como a medida dos ângulos faciais, a pigmentação da pele e o tamanho do cérebro eram utilizados para quantificar a proximidade de um ideal estético-psicológico europeu, o que era equivalente a mensurar seu grau de desenvolvimento evolucionário.

Estes debates produziram implicações mais profundas do que a discussão sobre as relações raciais, apontando diretamente para os debates contemporâneos sobre a construção social da ciência. Há uma busca constante por construir uma ideia de ciência pautada por uma espécie de núcleo duro e transcendental, que seria imune às influências externas, tais como as instituições de financiamento ou os interesses ideológicos. Apesar disso, a história mostra que a ciência reflete, e muito, a conjuntura social em que está inserida.

Na psicologia norte-americana, uma busca histórica pelas pesquisas em psicologia que envolveram comparações entre grupos raciais aponta para o estudo realizado em 1881, por C.S. Meyers como um dos mais antigos na área. Foi realizado um estudo comparativo entre sujeitos japoneses e europeus, em que Myers concluiu que os asiáticos eram mais lentos em seu tempo de reação que os europeus, de acordo com os critérios da época. Pouco tempo depois, em 1895, R. Meade Bache testou indígenas americanos e negros, de onde concluiu que as chamadas “raças primitivas” eram altamente desenvolvidas no que dizia respeito a

tarefas e atributos fisiológicos enquanto que “seres humanos superiores” – presumivelmente os europeus escolarizados - tenderiam menos rapidamente à esfera automática de respostas, sendo mais reflexivos. (Guthrie, 2004, p. 47).

Em 1898, a Sociedade Antropológica de Cambridge lançou uma expedição para que fossem medidos os atributos psicológicos de várias raças. Apesar disso, essa pesquisa não conseguiu a mesma magnitude que a Louisiana Purchase Exposition, ocorrida em St. Louis no ano de 1904. Dentro desta exposição, ocorreu o The World's Congress of Races, em que estudos antropométricos e psicométricos foram conduzidos em indivíduos de várias partes do mundo. Foram aplicados nos participantes testes como: discriminação sensorial, controle motor, tempo de reação e testes de inteligência, entre diversas baterias. Como resultado, os psicólogos concluíram que os erros e diferenças de tempo existentes entre os testes realizados por sujeitos negros, seriam uma confirmação do que os valores da época entendiam como inferioridade. (Guthrie, 2004, p. 47)

Estes foram os eventos de maior impacto da época, mas outros psicólogos realizaram uma série de estudos semelhantes, que buscavam confirmar o mito da inferioridade. Já no século XX, novos estudos foram publicados e alguns dos mais difundidos se encontram no periódico *Archives of Psychology*. A partir da análise destes arquivos, Guthrie (2004) selecionou os três estudos mais emblemáticos relacionados ao interesse dos psicólogos em comparações entre sujeitos de diferentes raças. O primeiro deles foi o estudo “The Mental Capacity of the American Negro”, de M.J. Mayo, realizado em 1913. Este estudo se baseou nas notas escolares de 300 estudantes da cidade de Nova Iorque, sendo destes, 150 brancos e 150 negros. O estudo teve como conclusão a sugestão de que existiriam níveis estatísticos a serem superados para que houvesse uma equidade racial mais consistente entre brancos e negros.

Em 1916, G.O. Ferguson publicou o estudo “The Psychology of the Negro: an Experimental Study”, considerado um clássico no estudo sobre os negros. Este estudo concluiu que: “sem grande habilidade nos processos de pensamento abstrato, o negro é ainda muito mais capaz em tarefas motoras e sensoriais, que estejam envolvidas com trabalho manual.” (Guthrie, 2004, p. 50). Ferguson também foi adepto da hipótese do mulato, que defendia que a habilidade mental no negro seria proporcional à quantidade de sangue branco que ele possuísse.

O terceiro estudo foi elaborado por Crane, em 1923, que partiu da questão: “Qual é a explicação psicológica para a imoralidade que o negro manifesta em todos os lugares?” e realizou o estudo intitulado “Races differences in inhibition”. Neste trabalho, ele concluiu que a partir do que fosse entendido como fracasso no reconhecimento de certas convenções sociais, os negros seriam incapazes de se adaptar à moralidade ou à demanda social.

Em resumo, os estudos realizados por Mayo, Ferguson e Crane foram investigações psicológicas representativas na temática das diferenças raciais, tendo sido trabalhos que ilustram bem a forma como métodos científicos e os dados produzidos por eles levaram a conclusões que foram utilizadas na justificativa de práticas racistas da época.

#### **2.4 - A psicologia pelo fim da segregação racial: a experiência de Kenneth Clark**

O ativismo antirracista foi uma característica do movimento social negro norte-americano, que teve crescimento a partir da segunda metade do século XX. Fomentado pelas leis que segregavam pessoas brancas e negras naquele país, além da discriminação e da violência que permeavam esta situação, este movimento social mobilizou indivíduos negros de várias esferas para participar de uma agenda por uma transformação social antirracista. Este movimento teve seu momento de maior força, durante a luta pelos direitos civis, que objetivou o fim da segregação racial nos espaços públicos e nas instituições. A segregação instituída nas escolas públicas e nas universidades eram situações emblemáticas daquele período, mas o movimento fazia parte de algo maior, um movimento internacional de descolonização, que objetivava a libertação e a humanização dos povos africanos e dos afro-descendentes ao redor do mundo. Neste sentido, nesta seção será apresentada uma breve biografia do Kenneth Bancroft Clark, conhecido por realizar o experimento das bonecas brancas e negras com crianças de escolas públicas segregadas e, com isso provar os efeitos negativos da educação segregada proposta na época.

Kenneth B. Clark nasceu em 7 de junho de 1914, no canal do Panamá, filho de Miriam Hanson Clark e Arthur Bancroft Clark. Aos 4 anos de idade, sua família se mudou para o Harlem, em Nova Iorque, durante o período de grande migração dos negros vindos do sul do país, até então rural, para o norte, já urbanizado. Em 1935 Clark graduou-se pela Howard University com duas titulações acadêmicas; bacharelado e mestrado, obtidas no departamento fundado e coordenado por Francis Cecil Sumner (o primeiro afro-americano a obter um título

de doutorado em psicologia). Em seguida cursou o doutorado em Columbia University, onde foi o primeiro a integrar um dos poucos programas de pós-graduação em psicologia que aceitavam afro-americanos naquela época. Durante o doutorado, foi orientado por Otto Klineberg e Gardner Murphy, ambos membros da SPSSI – Society for the Psychological Study of Social Issues. Durante os anos 1937 e 1938, Clark lecionou psicologia em Howard University, e no Hampton Institute em 1940 e 1941. A importância que é dada a Clark se deve ao fato dele ter sido um dos 50 primeiros afro-americanos a conquistar um título de doutorado em psicologia nos Estados Unidos, numa época em que se vivia o contexto de racismo científico e exclusão educacional. Clark também é famoso por pelo momento que protagonizou e em 1954, numa decisão da Suprema Corte, sobre o caso *Brown vs. Board of Education* que, a partir do experimento realizado por Clark, julgou serem ilegais as acomodações segregadas nas escolas públicas.

Esta participação na verdade foi a culminância de um processo de publicação dos resultados de cinco estudos sobre auto-conceito racial em crianças que ele fazia com sua colaboradora e esposa Mamie Phipps Clark. Estes cinco estudos foram baseados em três conjuntos de dados independentes, dos quais dois envolveram lugares diferentes, coletados em várias cidades dos Estados Unidos. Eles usaram três paradigmas metodológicos: a técnica da figura, a da boneca e o teste de colorir. Estes estudos examinaram sistematicamente alguns fatores relativos à auto-identificação racial de crianças pequenas, incluindo idade, sexo, cor da pele, contexto escolar e a região geográfica.

Os estudos do casal Clark foram projetados inicialmente para refutar a sugestão de Horowitz (1939) de que as crianças negras que se auto-identificavam como brancas estariam exibindo um pensamento ansioso. Eles tinham como objetivo demonstrar como as diversas limitações cognitivas e experienciais (relacionadas à idade das crianças) e as condições ambientais (associadas ao contexto local de relações raciais), poderiam se relacionar às diferenças na auto-identificação entre crianças negras. Em última análise, os estudos dos Clark foram usados para inferir sobre as relações adversas entre as condições de segregação racial e o bem-estar psicológico das crianças. O fato de uma proporção considerável de crianças da mostra de crianças negras se auto-identificarem como brancas alarmou o casal Clark e os estimulou a continuar a pesquisa por uma década. No final daquela década Kenneth Clark recebeu um convite para participar da *Mid-Century Conference on Children and Youth* na Casa Branca. Esta oportunidade projetou o pesquisador, que foi selecionado para falar das

questões raciais no âmbito da infância e adolescência. A partir dali se abriu uma arena política com novos caminhos para o ativismo acadêmico.

## 2.5 - Psicologia e relações raciais: uma versão brasileira

Ainda que numa primeira análise haja a impressão de que as discussões da psicologia brasileira acerca da temática racial sejam incipientes, na realidade essa produção existe na forma de saberes psicológicos que foram convocados a discorrer sobre a população negra no Brasil desde o final do século XIX. Nesse sentido, Santos et. al (2012) fazem uma sistematização sobre esse histórico, elaborando uma espécie de linha do tempo em que descrevem três momentos do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais:

- a) Final do século XIX e início do século XX – caracterizado pelo surgimento e consolidação de um modelo médico-psicológico que culminou na Escola Nina Rodrigues. (...) [que] fornece elementos necessários para a configuração do negro como sujeito psicológico e objeto da ciência.
- b) Período de 1930 até 1950 – caracterizado pela introdução do ensino de Psicologia no ensino superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças: contribuições de Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virgínia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite. É um momento de crítica e desconstrução do determinismo biológico das raças na constituição do campo da Psicologia e da Psicologia social no Brasil.
- c) Período de 1990 em diante – caracterizado pelo início dos estudos em Psicologia sobre branqueamento e branquitude, com Jurandir Freire Costa, Irai Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Pizza, e de debates e ações de promoção da igualdade étnico-racial no país. (Santos, 2012: 167-168)

O primeiro momento esteve intimamente ligado ao processo de independência do Brasil e sobre as questões que surgiram quanto à formação social da nova nação, que teria escravizados entre seus membros e de como seria esta relação a partir daquele momento. O desafio era tornar-se uma nação moderna com uma unidade política, social e cultural, ao mesmo tempo em que o legado do período escravocrata não seria abandonado com tanta facilidade, uma vez que o referencial de desenvolvimento eram as nações europeias. Com isso, o Estado buscou gerenciar a vida cotidiana da população e uma dessas iniciativas foi a

convocação da ciência para a resolução de problemas relativos à saúde, educação e à organização do trabalho.

(...) grande parte dos trabalhos que versavam sobre assuntos psicológicos nessa época era fruto de teses nas áreas de psiquiatria, neurologia, Medicina social e Medicina legal, de alunos de faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Em diversos desses trabalhos, foram feitas associações entre características étnico-raciais e tipos de caráter, atribuindo-se certas formas de doença mental como típicas de determinadas etnias-raças. (Santos, 2012: 168)

Discutia-se sobre qual raça seria resultado do processo de miscigenação e de como isso afetaria a ideia que se tinha do que seria uma nação civilizada. Neste contexto o médico Raimundo Nina Rodrigues, com base no evolucionismo social, afirma a importância da raça como fator explicativo para a sociedade brasileira elaborando estudos sobre raça, patologias psiquiátricas e tipologias criminais. Seu discurso é pautado a partir da ideia de degeneração da raça, cujo problema central é o problema negro. A partir disso, os trabalhos da Escola Baiana de Antropologia e da chamada Escola Nina Rodrigues formularam “um modelo psicofísico de explicação sobre as deficiências do negro brasileiro e sobre as consequências sociais da manutenção do convívio com essa raça.” (Santos *apud* Martins: 2009,169). Jurandir Freire Costa, ao recontar a história da psiquiatria brasileira, aponta para a influência da Escola Nina Rodrigues nesta disciplina. Costa mostra que pessoas negras e mestiças “recebiam muito mais diagnósticos de doenças mentais toxinfeciosas, como a sífilis e o alcoolismo, do que os brancos.” (Santos, 2012: 169).

A partir da década de 30 começam a surgir os primeiros cursos de Psicologia social no Brasil, onde intelectuais como: Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virgínia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite se destacaram.

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo sediou algumas destas pesquisas, como o primeiro curso de Psicologia social, ministrado em 1933 por Raul Briquet; e o terceiro curso, que foi ministrado por Donald Pierson<sup>2</sup> na década de 40. O segundo curso foi ministrado por Arthur Ramos, na Escola de Economia e Direito da extinta Universidade do

---

<sup>2</sup> Pierson já havia publicado *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahial*, fruto de seu doutorado defendido na Escola de Chicago em 1939.

Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Arthur Ramos já havia publicado o livro “O negro brasileiro” em 1934 e se posicionava contrário às teorias de Nina Rodrigues.

Na década de 50, Roger Bastide e Florestan Fernandes coordenaram um estudo solicitado pela UNESCO, que tinha interesse em compreender a suposta harmonia com que pessoas de diferentes raças conviviam no Brasil. Para a realização deste estudo, os coordenadores chamaram Virgínia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg, cujo trabalho final foi publicado no livro “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo”, publicado pelos mesmos em 1955.

Individualmente, todos estes autores também tiveram publicações de relevância histórica no campo da pesquisa em psicologia e relações raciais no Brasil. Em 1945, Virgínia Leone Bicudo defendeu a dissertação de mestrado “Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, em que concluiu que o preconceito de cor existe e se manifesta com mais evidência à medida que há ascensão social. Bicudo articula análise sociológica, quando discute classes sociais e mobilidade, com Psicologia social, quando estuda atitudes, numa perspectiva de fazer frente aos estudos que defendiam o determinismo biológico das raças.

Para o estudo da UNESCO, Bicudo realizou o estudo “Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus alunos”. Já Ginsberg realizou o estudo “Pesquisa sobre as atitudes de um grupo de escolares em São Paulo em relação com as crianças de cor”, onde investiga a preferência das crianças em relação bonecas negras e brancas. Os trabalhos de Ginsberg objetivavam majoritariamente a comparação entre grupos (organizados por idade, raça e sexo), como a finalidade de questionar a universalidade do saber psicológico. Outro autor igualmente importante foi Dante Moreira Leite, que em 1950 publicou o artigo “Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos”, em que explica a dinâmica do preconceito racial a partir da análise dos processos subjetivos que interferem na percepção.

Bicudo, Ginsberg e Leite estão de acordo quanto à negação da influência genética que explique as desigualdades entre as raças. Para estes autores, fatores ambientais, tais como as condições econômicas, educacionais e de socialização explicariam tais diferenças.

O terceiro momento, iniciado na década de 90, refere-se aos estudos sobre branquitude e branqueamento na sociedade brasileira e tem como autores de referência Iray Carone, Maria Aparecida Bento, Jurandir Freire Costa e Edith Pizza. Estes estudos se debruçam a analisar as

relações de dominação existentes e como estas influenciam as pessoas brancas na construção de suas identidades. Bento delineou uma série de características da branquitude:

- 1) Há o reconhecimento da existência do racismo e da desigualdade no Brasil, porém, não se nota a discriminação vivida pelo negro cotidianamente;
- 2) Há uma tendência para culpabilizar o negro pelas dificuldades vividas por ele;
- 3) O tema das relações étnico-raciais é constantemente silenciado; dessa forma, a cor da pele do branco é vivida como neutra e como a norma;
- 4) Não se nota os negros nos espaços sociais, ou, no dizer da autora, não se nota a “parte negra do negro”, isso porque reconhecer o sujeito negro como negro significa identificá-lo como sujeito discriminado e remeter-se a si próprio como branco e cúmplice ou beneficiário de uma situação moralmente condenável (Santos, 2012: 173)

No século XXI, mais precisamente no ano de 2002, o Conselho Federal de Psicologia, em resposta às demandas sociais, publicou a Resolução 018 de 2002 (ver anexo E), que normatiza normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Finalizamos esta seção citando também o I PSINEP – Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil, realizado em 2010. O evento aconteceu na Universidade de São Paulo e foi organizado pelas instituições do movimento negro em parceria com o Conselho Federal de Psicologia e da USP. Consideramos importante mencionar este evento, ainda que tenha sido pontual, pois se tratou da primeira vez em que foi realizado um evento temático específico sobre psicologia e relações raciais. O evento se organizou em três eixos de trabalho: *As relações históricas da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação*; *Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a psicologia e os(as) psicólogos(as)* e *A configuração do mundo profissional e social para o(a) psicólogo(a) negro(a) no Brasil*.

Com estes elementos fizemos uma contextualização inicial dos cenários nacionais e internacionais sobre a discussão racial na psicologia.



### **3 - REVISÃO TEÓRICA**

Neste capítulo serão discutidas algumas das abordagens teóricas da psicologia que buscaram em algum nível oferecer contribuições para a superação das desigualdades raciais. Não é objetivo nosso eleger um conjunto de abordagens teóricas “salvadoras”, pois não compreendemos a história da psicologia de maneira dicotômica ou maniqueísta. Em lugar disso, pretendemos com esta discussão apresentar escolas de pensamento pouco difundidas nos cursos de graduação em Psicologia e discutir suas principais críticas e contribuições enquanto ferramentas de análise e intervenção no campo das relações raciais.

#### **2.1 – Perspectivas Pós-coloniais e Psicologia da Libertação**

As perspectivas pós-coloniais e libertárias em psicologia tiveram como contexto de surgimento o período de internacionalização da disciplina. Richards (2012) explica que até a década de 1940, o estudo da psicologia se dava prioritariamente em quatro regiões geográficas: os Estados Unidos; Itália e Áustria; França, Bélgica e Suíça; e Inglaterra. Os trabalhos desenvolvidos na União Soviética tinham pouca visibilidade, com exceção dos estudos de Ivan Pavlov. Além do ocidente, naquele momento a psicologia também havia se estabelecido na África do Sul, no Japão e na China, assim com em alguns países da América do Sul. Entretanto, estas regiões ocupavam um lugar periférico e geralmente importavam muitos dos métodos e abordagens produzidos nos Estados Unidos.

Após 1945 a tradição norte-americana estabeleceu uma hegemonia tão forte que se criou uma situação onde era preciso uma apropriação cuidadosa por parte dos estudiosos de outros países, para que seu uso não se sobrepusesse por completo às características da psicologia produzida em seus locais de origem. Esta situação perdurou aproximadamente até a década de 80, com o fim da Guerra Fria, e meados dos anos 90, quando houve o fenômeno da globalização. Richards (2012) aponta duas características que ficaram bastante evidenciadas naquele momento. A primeira delas foram os esforços por parte dos psicólogos europeus, de reviver e desenvolver tradições de uma psicologia nacional que havia estacionado seu desenvolvimento no passado. Isso aconteceu especialmente em países como Espanha, Polônia, Hungria e Turquia. A segunda característica, fora do eixo Europa-Estados Unidos, foi a exploração e incorporação dentro de uma psicologia nativista, de saberes tradicionais

que frequentemente tinham alguma fundamentação religiosa. A internacionalização de uma psicologia ocidental predominantemente norte-americana e concebida como uma ciência natural e objetiva abriu um campo de numerosas críticas sobre seu etnocentrismo e seu uso como um canal contínuo para uma ação imperialista numa era pós-colonial.

Outro aspecto importante é a existência de uma conexão entre os legados de lideranças políticas que não necessariamente eram psicólogos, mas cuja produção textual foi útil para referenciar a produção de uma psicologia da libertação com uma identidade local. Isso é observado na conexão entre o pensamento proposto pela psicologia negra norte-americana do início da década de 1970, cuja linha central se define a partir de personagens como o intelectual e político senegalês Aimé Césaire<sup>3</sup>, que foi difundido pelos escritos de Frantz Fanon<sup>4</sup>, e o Movimento de Consciência Negra Sul-africano, que pode ser referenciado pelo legado de Steve Biko<sup>5</sup>. As contribuições do padre e teólogo da libertação salvadorenho Ignacio Martín-Baró também ilustram estas influências de que falamos. Martín-Baró era vice-reitor da University of Central America em São Salvador, quando foi assassinado pela ditadura militar. Ele defendia que a psicologia não deveria ser “de” ou “sobre” os problemas dos povos oprimidos, mas sim uma psicologia construída a partir dos oprimidos. Essas idéias estão em seu livro “Writings for a Liberation Psychology”.

Somando-se a essa discussão, Richards (2012) cita o livro “Critical Psychology of the Postcolonial”, de Derek Hook, em que são sugeridos três modos pelos quais a psicologia pode se relacionar às lutas políticas: fosse localizando o que a princípio seria privado ou subjetivo dentro de um contexto político (uma espécie de conscientização), utilizando a psicologia como um recurso conceitual e teórico para descrever e analisar as características políticas e psicológicas do racismo ou ainda, usando a psicologia diretamente a serviço das lutas libertárias em si.

---

<sup>3</sup> Aimé Césaire (1913 – 2008) foi um poeta e dramaturgo nascido na Martinica, fundador do jornal literário L'Étudiant Noir em 1936, em parceria com Léopold Senghor, com quem promoveu o movimento da negritude. Neste movimento, havia um estímulo para o resgate e a valorização de valores africanos, herdados como uma herança cultural. Seu trabalho mais significativo foi *Discours sur le colonialisme* (1955)

<sup>4</sup> Frantz Fanon (1925 – 1961), psiquiatra e psicanalista martinicano, que atuou como médico na guerra de libertação da Argélia da dominação francesa. Escreveu sobre descolonização e psicopatologia da colonização. Suas principais obras são: *Pele negra, máscaras brancas* (1952); *Os condenados da terra* (1961); *L'na de la révolution algérienne* (1959) e *Pela revolução africana* (1964).

<sup>5</sup> Steve Biko (1946 – 1977), ativista do movimento anti-apartheid na África do Sul. Defendia que o inimigo não eram as pessoas brancas, mas o conceito de branquitude que estava assimilado por grande parte das pessoas negras. E que os brancos deveria admitir que eram apenas humanos e não superiores a nenhum outro grupo racial. Seu livro *I write what I like* contém escritos selecionados do período em que foi presidente da União dos Estudantes Sul-africanos, de 1969 até 1972.

Grande parte do trabalho organizado em torno dos temas multirracismo, racialização e psicologia crítica ou discursiva foi, na prática, uma resposta às relações raciais ou étnicas ocorridas após os anos 70, quando houve um grande fluxo imigratório de pessoas vindas de países periféricos para a Europa.

A psicologia da libertação alterou radicalmente a natureza dos estudos que vinham sendo realizados sobre o racismo, mudando o tom das pesquisas pela sua insistência em também discutir o anti-racismo. E é precisamente esta justaposição mútua de racismo e anti-racismo, tratados ambos como objetos, e a exploração das suas inter-relações que tem possibilitado a pensar as relações raciais em sua complexidade como um todo. As análises sobre o racismo realizadas até a primeira metade do século XX foram valiosas e necessárias, entretanto Richards (2012) aponta que elas foram de certo modo “constrangidas” por algumas razões. A primeira delas seria devido a grande parte dos intelectuais que realizavam essas análises serem oriundos dos países hegemônicos e com isso ocuparem um lugar privilegiado nas hierarquias sociais. Em segundo lugar, mesmo com os esforços para a incorporação do social e do político em seus trabalhos, estes autores não conseguiram confrontar em verdadeira escala estes fatores, voltando a usar o indivíduo como o nível apropriado de análise e definindo o racismo como um tipo de psicopatologia individual. Em terceiro lugar, as vozes dos que eram alvejados pelo racismo durante muito tempo não eram ouvidas, ou eram filtradas pelos canais de divulgação destes estudos. E por último, Richards (2012) argumenta que o caráter teórico dos estudos clássicos sobre preconceito racial não teve êxito por conta de um excessivo apego teórico às teorias clássicas da psicologia, tendo um foco comportamental e dando pouco espaço para a discussão de dados fenomenológicos ou subjetivos, e em muitos momentos expandindo conceitos psicanalíticos de modo que facilitaria a compreensão da situação em um nível de patologia individual (analisando o psiquismo do indivíduo racista e as consequências do racismo no indivíduo alvejado).

A psicologia da libertação, inserida no contexto da consciência negra, desempenhou um papel de desmistificação do que podemos chamar de “dano” racial, realocando-o da esfera pessoal, para o contexto sócio-político que o originou.

## **2.2 – Psicologia Negra**

Durante a década de 70 tiveram início as primeiras publicações da escola de

Psicologia Negra, protagonizadas por psicólogos negros americanos radicais que reconheciam a necessidade da psicologia ter um vínculo mais forte com a comunidade a que servia. Segundo Richards (2012), a primeira conferência de psicólogos negros aconteceu em 1938, no Tuskegee Institute, e a Association of Black Psychologists – associação de psicólogos negros – foi estabelecida formalmente em 1968. O periódico *Journal of Black Psychologists* foi publicado pela primeira vez em 1974, com o intuito de dar visibilidade aos trabalhos em Psicologia Negra.

Os psicólogos envolvidos com este processo tinham como objetivo não só criticar as pesquisas sobre diferenças raciais realizadas pela psicologia tradicional, mas sim criar novas teorias e projetos por conta própria. Para aqueles autores, seria necessária uma psicologia negra que explicasse a dinâmica das famílias negras, os sistemas de linguagem, o papel do herói e a questão do gerenciamento de tempo, citando alguns exemplos.

Por outro lado, Richards (2012) cita William A. Hayes que, concordando que a psicologia contribuiu desproporcionalmente para a justificativa do racismo pessoal e institucionalizado nos Estados Unidos, mas que argumenta que não é estratégico e que seria impossível desenvolver uma disciplina unificada chamada psicologia negra. Para Hayes, uma disciplina com essa característica teria uma filiação teórica muito próxima ao behaviorismo radical.

A psicologia negra, ora nomeada também com psicologia africana, é uma corrente da psicologia cujo arcabouço teórico formou-se na década de 60 e que tem como base o paradigma da afrocentricidade, que propõe um deslocamento filosófico do papel dos povos africanos e afrodescendentes, colocando-os no centro de nossa própria história e construindo suas teorias e práticas a partir de sua cosmovisão (Larkin, 2009). Para eles, a noção de agência é fundamental, uma vez que os sujeitos deixam de ser definidos e manipulados de fora. De acordo com essa linha de raciocínio, toda ideia, conceito ou teoria é produto de uma matriz cultural e o processo de hegemonia europeu teria investido esforços para supremacia se estabelecer como norma para todos os outros povos. Dessa forma, a noção de agência sugere ainda que os povos afrodescendentes se ancorem, “de modo consciente e sistemático, em sua própria matriz cultural e histórica”, para dela extraírem os critérios de avaliação da própria experiência. Segundo Nobles (2009), esta seria uma etapa importante para a superação do estado de “encarceramento mental”, que a opressão racial impôs.

Sobre as especificidades históricas dos termos psicologia negra e psicologia africana, Joseph A. Baldwin (1986) discutiu as semelhanças e diferenças a partir da análise das produções teóricas de outros psicólogos negros. Segundo ele, os psicólogos que justificam a

existência de uma psicologia negra reconhecem as limitações da psicologia tradicional em lidar com as experiências de pessoas negras. Baldwin cita Joseph White (1970), um dos primeiros psicólogos a empregar o conceito “psicologia negra”, termo que se refere a uma cuidadosa teoria do comportamento de pessoas negras, desenhada a partir da especificidade da experiência da população negra na sociedade americana.

Wade Nobles (1980, p.31) postula que a psicologia africana é enraizada na natureza da cultura negra que, por sua vez é baseada em pressupostos filosóficos de origem africana. Diante dessas definições, uma questão crítica que surge é se o conceito de psicologia africana engloba todos os fenômenos psicológicos no universo, incluindo a experiência africana e a ocidental (européia), assim como todas as outras, ou se meramente se ocupa de pessoas negras ou africanas. Além disso, há algumas discussões acerca do uso dos termos negra e africana, pois alguns psicólogos sugerem que haja uma diferenciação entre estes, enquanto outros preferem que sejam usados como termos sinônimos. Baldwin (1986) define Psicologia Africana como “um sistema de conhecimento (filosofia, definições, conceitos, modelos, procedimentos e práticas) relacionadas à natureza do universo social a partir da perspectiva da cosmologia africana. E a cosmologia africana fornece o quadro conceitual-filosófico para a psicologia africana.” (Baldwin, 1980, p.23).

A cosmologia africana seria governada pelo princípio ontológico “unidade com a natureza”, que significa que a humanidade é inseparável da natureza em todos os seus aspectos. E desse princípio derivam-se outros como o de grupalidade (sobrevivência de grupo), comunalidade, cooperação, responsabilidade coletiva e interdependência. A psicologia africana procura afirmar a essência humana de “africanidade” e, fazendo isso, irá afirmar a centralidade na ordem natural.

Outro autor que sistematizou informações sobre psicologia africana foi Maulana Karenga (1993), que definiu que esta linha teórica não só estuda o comportamento de pessoas negras, mas busca transformá-las em agentes auto-conscientes da sua própria libertação política e mental. Um dos méritos do trabalho de Karenga foi organizar didaticamente uma história da psicologia africana em três perspectivas: a tradicional, a reformista e a radical.

A escola tradicional seria definida pela postura defensiva e/ou reativa; sua falta de pretensão quanto ao desenvolvimento de uma psicologia negra e o seu apoio contínuo ao modelo tradicional hegemônico com poucas mudanças; sua pretensão de mudar as atitudes das pessoas racistas; ser essencialmente críticos sem oferecerem sugestões de correções. Seus principais psicólogos foram Kenneth Clark; William Grier & Price Cobbs e Alvin Poussaint. O trabalho de Kenneth Clark, citado anteriormente, foi o de maior projeção, em que ele

utilizou bonecas brancas e negras para avaliar o impacto do sistema de segregação no desenvolvimento de crianças negras.

A escola reformista já representava um período de evolução histórica e de sua postura. Ela mantém o interesse na mudança de atitude e comportamento das pessoas racistas, mas passa a focar na mudança das políticas públicas do que simplesmente na mudança de atitudes. Começam a falar de psicologia afrocentrada, mas ainda combina com um foco num apelo por mudanças ostensivas que poderia beneficiar brancos e negros na sociedade norte-americana. Seus principais psicólogos foram: Charles Thomas; Joseph White e William Cross. Destes autores, Joseph White, foi responsável pelo primeiro artigo publicado em uma revista de grande circulação (Ebony), em que criticava o fato de psicólogos hegemônicos conceituarem o estilo de vida da população negra como um desvio, impossibilitando a identificação de qualquer aspecto positivo naquele modo de vida.

Por fim, a escola radical não faz mais apelo de mudança aos psicólogos hegemônicos e dirige toda sua atenção à população negra em termos de análise, tratamento e transformação. Mais ainda, os membros desta escola são teóricos e praticantes socialmente conscientes que advogam a participação de psicólogos e outras pessoas negras, que tenham consciência de si mesmos e estejam engajados na transformação da realidade social através da luta política e cultural. Esta é a escola que mais recebeu influência do legado intelectual de Frantz Fanon. Os principais psicólogos desta escola são: Na'im Akbar; Joseph Baldwin (Kobi Kazembe Kalongi Kambon); Linda James Myers; Wade Nobles; Frances Cress Welsing; Amos Wilson e Bobby Wright.

### **2.3 – Psicologia Crítica**

A psicologia crítica é uma abordagem teórica que tem como característica mais marcante uma postura desafiadora em relação à psicologia hegemônica assumir uma postura definida sobre problemas sociais. Entende-se por psicologia hegemônica a psicologia que é ensinada tradicionalmente nas universidades, praticada por clínicos e pesquisadores, e que se preocupa em adequar as pessoas às instituições sociais. Partindo de outros objetivos, a psicologia crítica argumenta que a psicologia hegemônica, ainda que tenha boas intenções, não possui uma profundidade de análise social e que em muitos momentos promove a desigualdade e a opressão utilizando técnicas psicológicas para manter um *status quo*.

Como poderosa instituição que é, a psicologia gera suas próprias consequências prejudiciais, que recaem pesadamente, em particular, sobre aqueles que são oprimidos e vulneráveis. (FOX, PRILLELTENSKY & AUSTIN et al., 2009, p.7)

Fox et al. (2009), fazem uma crítica crucial à psicologia hegemônica, quando apontam que ela não examina seriamente as implicações sociais, morais e políticas da pesquisa, da teoria e da prática. Para os autores, ainda que a psicologia crítica não tenha todas as respostas, ela ao menos se esforça para levantar boas questões, de forma que os psicólogos sejam agentes de mudança social e em vez de agentes de controle social.

As abordagens da psicologia crítica têm diferenças entre si em aspectos como a justificação filosófica, a preferência metodológica, a estratégia política, a terminologia e a definição de prioridades. Dessa forma, quando falamos de psicologia crítica, não falamos de uma abordagem conceitual e metodológica única, mas da existência de muitas psicologias críticas. A psicologia crítica reconhece que a possibilidade de psicólogos podem obter resultados progressistas ainda que utilizem métodos e premissas hegemônicos. De maneira geral, há temas centrais nas tradições da psicologia crítica: a busca pela justiça social, a promoção do bem-estar das comunidades em geral e dos grupos oprimidos em particular e a transformação do *status quo* tanto da sociedade quanto da psicologia. (FOX, PRILLELTENSKY & AUSTIN et al., 2009, p.9). Por outro lado, existem três preocupações quanto à abordagem dada pela psicologia hegemônica: o fato dela superestimar os valores individualistas, que impedem relações de mutualidade nas comunidades e fortalecem relações injustas; as alianças institucionais realizadas pela psicologia hegemônica, que atingem desproporcionalmente os grupos socialmente marginalizados, alimentando a desigualdade e a opressão e, por último, o fato destes efeitos acontecerem a despeito das intenções dos psicólogos.

Além disso, existem três conceitos centrais que são foco da atuação dos psicólogos críticos: o nível de análise restrito da psicologia hegemônica; o papel da ideologia no fortalecimento do *status quo* e o equívoco da busca por neutralidade científica e objetividade.

A universalização de valores, que torna invisíveis outras perspectivas ou tradições culturais, num esforço de homogeneizar a experiência humana é uma dos aspectos discutidos pela psicologia crítica. Ela aponta como as culturas ocidentais tradicionais não partilharam dos mesmos valores individualistas do ocidente, evidenciando que estes valores tiveram uma

importância para que o processo colonial ocorresse. Nas sociedades ocidentalizadas, são priorizadas atividades individuais e competitivas, em vez dos empreendimentos colaborativos e comunitários. Isso se constitui como um impedimento à mutualidade e à elaboração de um senso psicológico de comunidade.

No que diz respeito ao papel da ideologia na manutenção das desigualdades e da opressão, Fox et al. (2009), realizam um estudo aprofundado sobre “a participação da psicologia hegemônica na manutenção da desvantagem e da opressão na base de categorias óbvias, tais como raça, classe social, gênero e deficiência.” (p. 12). Os autores também analisam as relações de opressão dentro dos sistemas de cuidados em saúde mental, apontando que a obediência cega às regras também pode ser um fator de velamento de relações injustas.

Tais condutas são permeadas ideologicamente, ainda no discurso público exista uma tendência a julgar que só as declarações que tenham uma conotação político-crítica definida sejam ideológicas e que quem esteja localizado em posições mais centrais possa ter uma visão mais clara dos processos. Todos exercem ideologia, inclusive a psicologia hegemônica, cujo foco é centrado em valores individualistas. Um dos objetivos principais da psicologia crítica é justamente “identificar e revelar mensagens ideológicas e práticas relacionadas que desviam nossa atenção das fontes de poder e privilégio da elite” (p. 13)

Os autores apontam que a ideia de existência de uma neutralidade é uma armadilha, uma vez que enfatizar na produção de dados científicos e não nos valores e nas relações de poder não nos levará a uma direção desafiadora do sistema. É preciso compreender que a psicologia, assim como outros campos do conhecimento não é neutra e muito menos livre de valores. E que, frequentemente, projetos de pesquisa que poderiam trazer conhecimento científico relevante e produzir elementos para uma justiça social transformadora, simplesmente optam por fazer variações e releituras de trabalhos antigos, e que em nada contribuirão para a mudança social.

Sobre a dinâmica acadêmica, existem debates que questionam se a psicologia crítica deveria dedicar-se a revelar as disparidades ou em produzir estratégias para alterar essas disparidades. Metodologias que de pesquisa narrativas e discursivas ilustram bem a primeira posição, enquanto um método de pesquisa-ação se alinha mais com a segunda posição.



### 3.3.1 - Psicologia Crítica do Racismo

No campo da psicologia, as pesquisas sobre preconceito e discriminação racial tradicionalmente objetivaram compreender como os indivíduos se engajam em comportamentos racistas, e sobre como o racismo afeta a vida das pessoas. Ainda assim, Durrheim et. al. (2009) identificam três fragilidades nestes estudos, no que diz respeito a conceituação da categoria raça. A primeira delas é que as pesquisas têm como ponto de partida um entendimento individualizado do racismo como produto de crenças ou cognições individuais. Em segundo lugar, essas pesquisas costumam focar no racismo que ocorre nas relações interpessoais, restringindo-se a interesses individuais. Por fim, eles apontam que este tipo de pesquisa invoca uma noção de raça que presume que as categorias raciais refletem as diferenças atuais entre grupos de pessoas.

Entende-se raça como algo material e palpável, uma vez que o legado do racismo deixou grandes desigualdades materiais entre os grupos de pessoas categorizados como raças enquanto o poder continua concentrado nas mãos dos grupos que se beneficiaram de um passado explicitamente racista. Nesse contexto, há boas razões políticas para continuar a enfatizar a raça enquanto uma realidade. Por estas razões, as categorizações raciais são problemas diferentes a partir de contextos diferentes. O que Durrheim (2009) argumenta é que raça é algo construído socialmente, ainda que tome formas materiais muito reais. Além disso, é frequentemente a base para um senso de identidade e de contestação do poder.

O crescimento dos estudos sobre racismo no campo da psicologia crítica iniciou-se tendo como foco as relações de poder. O racismo é entendido primariamente como produto de relações históricas particulares entre grupos de pessoas nos quais alguns tenham tido relações de dominação sobre os outros. Nesse sentido, raça se refere a uma forma de categorização que reflete mais as relações de poder particulares entre grupos que os atributos atuais destes (físicos ou comportamentais) e o racismo é a busca da manutenção das hierarquias raciais.

Em aplicações do entendimento sobre raça e racismo nas pesquisas, os psicólogos críticos têm examinado como os indivíduos e os grupos se localizam ao longo da história, suas relações sociais e como suas identidades emergem a partir destas relações, em vez de focar prioritariamente em crenças e cognições. Eles também estudam como as categorias raciais são utilizadas no senso comum e como isto tem servido para manter a crença de que as raças são reais ou naturais. Deste modo, eles têm examinado os efeitos do racismo questionando a realidade da raça.

Durrheim et al. (2009) sugerem que o racismo deve ser entendido em termos de desigualdade institucionalizada e padrões socializados de fala, interação, representação e comportamento que reiteram e estendem estas relações institucionalizadas. Deste modo, eles propõem o estudo das crenças e sentimentos sobre raça em termos de psicologia coletiva, como algo que eles denominam *distributed mind*. Os autores definem raça como parte de um conhecimento coletivo que permite às pessoas coordenar interações sociais em termos racistas enquanto explicitamente o racismo está sendo negado. Em nossas interações sociais, nas práticas e nas falas corporificadas, nós reproduzimos não somente as crenças explícitas sobre raça, mas também crenças implícitas que constituem o *background* para o que se diz e faz nas situações de encontro, conversas e interações cotidianas.

As abordagens tradicionais de psicologia se dedicaram a estudar o racismo a partir de duas grandes teorias, a da personalidade e a da cognição. A abordagem a partir das teorias da personalidade teve início durante a Segunda Guerra Mundial, quando aconteceu o holocausto. A partir dali surgiram questões urgentes sobre as origens do preconceito em sociedades supostamente desenvolvidas e civilizadas. Os excessos de violência que foram evidenciados no anti-semitismo e na ideologia fascista sugeriram a existência de uma patologia psicológica que pode ter suas raízes no racismo. Esta teoria foi norma nas teorias do autoritarismo que descrevem o tipo de personalidade suscetível às ideologias fascista e racista. Assim como explicações psicanalíticas focaram em aspectos irracionais da personalidade, a origem do autoritarismo foi esboçada durante o desenvolvimento na primeira infância com alguns fatores considerados relevantes neste período: disciplina rígida em casa, uma ênfase em regras e obrigações prescritas, interrelações de dominação e submissão e afeição condicional. A influência freudiana por trás desta teoria está evidente na ideia de que práticas de cuidado infantil punitivas produzem nas crianças hostilidade e agressividade através de seus pais. Como isto não pode ser expresso durante a infância, por medo ou punição, esta repressão produzirá indivíduos que mais tarde, descarregarão sua agressividade reprimida sobre aqueles considerados inferiores na sociedade, e que tem com uma manifestação possível o preconceito racial. Tratando-se de uma personalidade autoritária, elaborada a partir de uma estrutura de personalidade sadomasoquista, a teoria do autoritarismo reconhece que o racismo, num nível individual, está conectado a um sistema de poder mais amplo.

Durrheim (2009) complementam esta análise utilizando a obra de Erich Fromm, que argumenta que o autoritarismo foi defendido como uma síndrome da personalidade específica que tem relação com o medo da liberdade produzido pela modernidade. Esta foi uma teoria

radical que explicava como as estruturas sociais foram apoiadas por um substrato psicológico particular. Entretanto, o impulso radical desta teoria se perdeu ao longo do tempo, quando os teóricos focaram sua atenção nas relações da primeira infância e nos padrões de interação familiar e muitas pesquisas passaram a se concentrar na busca de como melhor medir o autoritarismo.

Esta teoria buscou entender os fatores emocionais subjacentes ao racismo, argumentando pela existência de algum nível de prazer na prática do racismo, onde o sujeito racista afirmaria sua identidade menosprezando a identidade dos outros. Enquanto estes teóricos tinham esperanças de que a irracionalidade racista pudesse ser superada, por meio de uma crítica racional, na realidade esta teoria implicaria que para superar o racismo, primeiro deveriam ser superadas as personalidades racistas. Em algum nível, enfatizando uma patologia individual, a abordagem pela via das teorias da personalidade negligenciava que o racismo pode emergir numa variedade de situações sociais e em instituições sem que haja evidência patológica ou de qualquer desajuste individual.

A tradição cognitivista da psicologia explica o racismo em termos de processos mentais que operam por trás do que fazemos e dizemos, e que estruturam previamente nossas percepções sobre o mundo. Segundo Bruner, 1975 citado por Durrheim. (2009), esta abordagem sugere que uma “prontidão perceptual” cognitiva é aparente no momento da percepção, que já é uma interpretação do mundo. A teoria cognitivista sublinha que por trás dos processos mentais há mais que a divisão do mundo em categorias sociais estáveis. A ligação de um grupo de significados com outro, é de importância fundamental para a teoria cognitiva, porque permite às pessoas irem além da informação dada. Assim como a teoria do autoritarismo, a teoria cognitiva foi desenvolvida para compreender e criticar um sistema sócio-histórico de desigualdade e discriminação particular, que foi o período em que a lei Jim Crow<sup>6</sup> esteve em vigência no sul dos Estados Unidos.

Em 1954, um grupo de psicólogos liderados por Kenneth Clark produziu uma fundamentação acadêmica que provava os danos psicológicos resultantes do sistema de segregação racial existente e argumentaram pelo fim desse sistema, ainda que muitos brancos acreditassem que os negros tivessem menos habilidade para aprender. Clark retirou sua argumentação da teoria cognitivista. Ele trabalhou com a hipótese de que o fim da segregação

---

<sup>6</sup> Conjunto de leis estaduais e federais que vigoraram entre 1876 e 1965 nos Estados Unidos. Estas leis regiam a separação racial entre brancos e negros, nos direitos ao acesso a espaços públicos e instituições.

poderia possibilitar uma convivência entre brancos e negros que, a partir daí poderiam estabelecer relações amigáveis e proporcionar um equilíbrio psicológico eliminando as crenças e sentimentos negativos entre os grupos raciais.

Entretanto, a teoria cognitivista foi criticada por naturalizar o racismo explicando o mesmo como uma resultante de um processo mental universal de associação de estereótipos e categorias, e que ignora os caminhos pelos quais as diferenças entre os grupos são um produto social, resultante de padrões históricos de exploração e representação, sendo assim resultantes das relações de poder que situam pessoas em termos raciais específicos relevantes para o contexto social em que foram desenvolvidos. Quando se teoriza o preconceito como uma resultante natural da cognição individual, há um risco de reificar os pontos de diferença como um dado *a priori*, e não concebendo a raça em termos de fatores sociais, na condição de pontos de referência construídos.

As abordagens da psicologia crítica em pesquisas sobre o racismo têm objetivado mostrar como as categorias raciais continuam a importar não só por causa de sua localização nas histórias de discriminação e privilégio, mas também porque nós continuamos a valorizá-las como formas de entendimento ou interpretação do mundo. As pesquisas em análise do discurso, em particular, têm revelado como o racismo pode ser perpetuado na fala cotidiana por pessoas que muitas vezes percebem a si próprias como anti-racistas.

A abordagem discursiva costuma focar na análise de textos permitindo aos psicólogos analisar como expressões de racismo são desenvolvidas nas interações sociais e como elas são justificadas, criticadas ou defendidas. É uma abordagem que permite compreender como a fala sobre raça é produzida e como ela é utilizada. O ponto de partida para este trabalho é a ideia de que raça é uma construção social e que, descrevendo o mundo social, quem fala constrói diferentes versões de grupos sociais dados, possibilitando os estereótipos e generalizações que emergem.

Repertórios de interpretação são rotinas coletivas de linguagem que costumam ordenar percepções e interações. Nestes termos, nós podemos entender os estereótipos e crenças raciais não como representações mentais individuais, mas como representações sociais que têm sido desenvolvidas historicamente para justificar práticas e hierarquias racistas.

Além disso, uma espécie de bagagem racista compartilhada coletivamente também fornece estratégias de fala sobre raça. Sabendo que ter preconceitos prejudica a credibilidade

dos indivíduos, jogadas de linguagem permitem que o indivíduo articule visões racistas ao mesmo tempo em que está negando o racismo. Van Dijk (1992) citado Durrheim et al. (2009), identificou um número de estratégias retóricas pelas quais o racismo era negado, incluindo a retratações, eufemismos, desculpas e justificativas.

A pesquisa discursiva também estuda a natureza distribuída da fala racializada como uma ação conjunta. Não só o racismo é perpetrado em interações sociais, como também é perpetrado coletivamente com as desculpas dos falantes, justificando ou negando o racismo em nome de outros. Durrheim (2009) estende sua linha de análise mostrando como os falantes têm um cuidado especial na negação, expressando estereótipos raciais explicitamente, o que os deixa abertos para a censura e a crítica. Tais “estereótipos por implicação” permitem as pessoas serem explicitamente não racistas ao mesmo tempo em que estão reproduzindo o racismo nos bastidores de sua vida social.

As teorias e métodos da psicologia discursiva têm desempenhado um papel muito importante, ainda que com algumas limitações. A abordagem discursiva tem focado na linguagem para a exclusão de outros tipos de ação coletiva e formas de interação social, e isto não é por acaso. Como consequência da natureza construída das descrições, psicólogos discursivos restringiram seu interesse ao uso da linguagem, mostrando como tais descrições são postas juntas e defendidas em contextos de interação social e se mantêm intactas acerca da realidade ou a verdade das coisas descritas.

As categorias raciais não são só construídas na linguagem, mas também em outros tipos de interações localizadas e corporificadas. Deste modo, o racismo pode se melhor compreendido como produto de um entendimento coletivo das categorias raciais – ou a *distributed mind* – que atua em ambas as interações verbais e não verbais.

Estes dois tipos de conhecimentos compartilhados a partir da bagagem das nossas interações na vida social dependem – e são fundados – a partir dela. Não é o que convencionalmente chamamos de conhecimento, que é a informação armazenada na nossa cabeça. Ele está para além disso, é o conhecimento prático, o conhecimento do *como* e não do *quê*. É um tipo de conhecimento que é corporificado e desenvolvido na prática.

Durrheim (2009) trabalha com a noção de *habitus*, desenvolvida por Pierre Bourdieu. Nesta teoria, Bourdieu direciona sua atenção para a localização dos corpos no espaço, os detalhes de postura, as cadências de voz e os movimentos que estão estabelecidos na rotina de

um lugar particular ou num lugar cultural, que seria o *habitus*. Esta teoria direciona a atenção para como atuamos em contextos sociais, e o papel de cada disposição, comportamento e os estilos de interação que sustentam formas particulares da vida social, incluindo as racistas. A partir disso se constitui um espectro para compreender como as pessoas emanam presunções racistas. Estas ações não verbais, que não podem ser capturadas nos tipos de análises que focam na linguagem podem funcionar para manter e atuar com o racismo num nível institucional.

A relação entre conhecimento implícito e explícito, performance e *habitus*, constitui o que Durrheim (2009) chama de *distributed mind*, um grupo de regras e relações que são comumente mantidas pelos membros de uma cultura particular. Este conceito é particularmente importante quando nós examinamos o racismo, que nos permite ler não só o explícito, mas também o que está por trás, ou o conhecimento compartilhado, que delinea os comportamentos e a linguagem do racismo.

Para tornar possível contornar os desafios da psicologia crítica no estudo do racismo, Garfinkel (citado por Durrheim, 2009) produziu escrito no campo da etnometodologia que nos ajudam a desenvolver uma psicologia coletiva que atue num nível supra-individual de análise localizando a agência no plano de fundo da vida social. A auto-organização destes padrões de comportamento significa que nossas falas, nossas práticas e nossos arranjos materiais sobre racismo são articulados e conectados uns com os outros.

Uma primeira tarefa para a psicologia crítica do racismo é tentar compreender como o domínio da fala e das práticas rotineiras corporificadas trabalham juntas e estão articuladas conjuntamente. A segunda tarefa seria romper com as organizações convencionais sobre raça. O conceito de *distributed mind* sublinha os caminhos pelos quais a discriminação racial e os privilégios são perpetrados. Mais do que ser manifestado por indivíduos explicitamente racistas, o racismo é uma produção do conhecimento coletivo, que atravessa nossas práticas cotidianas. Conduzindo análises da *distributed mind*, os psicólogos críticos poderiam desenhar programas educativos para sublinhar como o racismo opera nas instituições e aumentar a consciência de como a fala ordinária está implicada neste processo.

Após analisar estas três linhas de pensamento, optamos por capturar de cada uma delas elementos que consideramos úteis para o desenho de nossa pesquisa. A inquietação matriz que gerou este projeto de pesquisa é a questão sobre como a psicologia tem se relacionados com lutas políticas, e em especial a luta pela superação das desigualdades raciais.

Compreendemos que as abordagens discutidas possuem pontos de adesão entre si e que, cada uma, individualmente, abre um espectro de possibilidades.

A psicologia da libertação dialoga com a psicologia negra no ponto de vista da agência e da auto-determinação de povos que até então não participavam das discussões científicas sobre o tema. E o impacto disso é visível na escolha do quê será o objeto de pesquisa, pois aquele será o ponto a partir do qual já serão pensados os usos políticos dos resultados. Por esta razão, esta escolha é um dos momentos mais delicados.

Enxergamos também outro ponto de convergência entre a psicologia da libertação e a psicologia crítica, no que diz respeito ao deslocamento do foco das discussões sobre racismo do ponto de vista subjetivo e cognitivo para uma localização política mais abrangente. Mais uma vez, reafirma-se a importância de se levantar boas questões e definir o que se quer com as respostas encontradas.

Na apresentação pessoal que fiz no início desta dissertação, me localizei enquanto sujeito político e narrei a história da construção do objeto desta pesquisa. Tudo começou a partir de um interesse pessoal em ter mais referências sobre relações raciais no campo da psicologia. A leitura sobre psicologia crítica possibilitou a compreensão de que minhas inquietações enquanto pesquisadora não eram infundadas.

Realizar uma reflexão crítica sobre os modos de se fazer pesquisa em psicologia e relações raciais aponta para as mesmas reflexões sobre as limitações e as tensões de se discutir temas relacionados à justiça social, a partir de concepções tradicionais. Mostra as dificuldades de se discutir políticas públicas, justiça social e superação das desigualdades raciais, por exemplo, a partir de teorias da personalidade e escalas de atitude que terminam por “psicologizar” demais a questão e não aprofundar o quanto poderiam no debate.

Desta forma, as questões que norteiam esta pesquisa: “Os autores dos artigos analisados possuem um posicionamento político definido diante de seus objetos de pesquisa?” e “de que maneira o conhecimento produzido pelas pesquisas analisadas é emancipador no sentido da superação das desigualdades raciais e da reparação dos danos causados pelo racismo?”, foram fundamentalmente construídas a partir das leituras em psicologia crítica do racismo.

## 4 – DELINEAMENTO METODOLÓGICO

*Os métodos não são substitutos de uma boa teoria e de um problema de pesquisa sólido. A teoria e o problema – que carregam em si os preconceitos do pesquisador – serão responsáveis pela seleção e categorização dos materiais de texto, tanto implícita, como explicitamente. Ser explícito é uma virtude metódica. (Bauer, 2005, p.195)*

### 4.1 – Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa foi realizar um recenseamento da produção acadêmica em língua portuguesa, produzida nas universidades brasileiras, publicada em periódicos nacionais e que discutisse a temática racial no campo da psicologia. O período histórico delimitado situa-se 2001, ano em que aconteceu a Conferência de Durban (na África do Sul), contra o racismo, a discriminação e a xenofobia, e também quando universidades brasileiras começaram a aplicar ações afirmativas em seu processo seletivo; e 2012, ano em que essa pesquisa teve início.

Buscou-se com isso responder à lacuna apontada na apresentação desta dissertação: Quais as contribuições que a psicologia pode dar num debate que vem sendo ocupado pela antropologia, história, sociologia e educação? Além disso, as questões de pesquisa que direcionaram a análise do material encontrado foram em busca de um posicionamento político definido por parte dos autores no que se refere à discussão sobre relações raciais e, ainda, de que maneira o conhecimento produzido nas pesquisas analisadas é emancipador no sentido da superação das desigualdades raciais e da reparação dos danos causados pelo racismo.

### 4.2 – Fundamentos metodológicos

Muitas vezes, uma análise mais cuidadosa possibilita encontrar num texto mais informações do que os autores imaginam. Para a realização desta pesquisa, buscou-se os referenciais teóricos na psicologia crítica do racismo, de onde partiram as questões



disparadoras da pesquisa, e que guiará as reflexões sobre o material pesquisado. Mas consideramos importante discorrer brevemente sobre outras ferramentas que nos auxiliaram a produzir este trabalho, do ponto de vista de criação de ferramentas de análise e interpretação dos dados, e também do ponto de vista dos cuidados metodológicos tomados. Optamos pela análise de conteúdo para lidar com as informações obtidas na pesquisa, e trouxemos elementos da historiografia crítica da psicologia para discutir precauções tomadas com relação ao processo de pesquisa. Kratz (1965) desenvolve a analogia entre o psicoterapeuta e o cientista, destacando que o estudo da história pode ter a mesma função para um cientista que a psicoterapia pessoal para o psicoterapeuta: tomar consciência de seus próprios preconceitos, atitudes e suposições. Isso torna mais fácil detectar os efeitos da formação e do contexto sócio-intelectual de uma pessoa. (Wertheimer, 1998, p.38)

Assim, consideramos importante apontar essas precauções, pelo fato da pesquisa tratar de um assunto historicamente controverso, e na tentativa de responsabilizar a psicologia por suas contribuições no campo do racismo e do antirracismo sem, no entanto, demonizar esta ciência.

#### **4.2.1 - Análise de Conteúdo**

Segundo Castro et al. (2011) a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos que têm como fator comum uma interpretação controlada, baseada na inferência. A análise de conteúdo é um método de análise textual utilizado em ciências sociais empíricas. Ainda que grande parte das análises clássicas gire em torno de descrições numéricas, a análise de conteúdo tem com um dos méritos a busca da superação do dualismo “quantitativo/qualitativo” em metodologia de pesquisa, quando se debruça sobre tipos, qualidades e distinções no texto. Trata-se de uma forma de reduzir a complexidade de uma coleção de textos, produzindo inferências de um texto focal para seu contexto social, que pode ser, em princípio, inacessível ao pesquisador. Bauer (2005) explica que “a validade da análise de conteúdo deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa.” (Bauer, 2005, p. 191). Trata-se, de certa forma, de um esforço de interpretação que se alterna entre a objetividade e a subjetividade.

No artigo em que tratam da análise de conteúdo em pesquisas em psicologia, Castro et. all. (2011) recorrem à produção de Bardin, segundo a qual:

O trabalho de análise de conteúdo se define por regras lógicas de organização, categorização e tratamento de dados quantitativos ou qualitativos. Tais regras estão presentes ao longo de um processo de preparação, de elaboração e de relato de resultados. Bardin refere-se a seis técnicas de AC, a saber: análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise de relações e análise do discurso. (Castro et. all, 2011: 816)

Neste método, os procedimentos reconstróem as representações em duas dimensões principais: a sintática e a semântica. Do ponto de vista sintático, são levadas em conta a frequência com que certas palavras aparecem e a ordem das mesmas, assim como os tipos de palavras e os recursos estilísticos indicam uma probabilidade de influência sobre um público. Por outro lado, o ponto de vista semântico se refere às relações entre os sinais e seus sentidos (denotativo e conotativo), tendo mais a ver com o que é dito em um texto.

Bauer (2005) referencia Krippendorff (1980) para apontar diferentes estratégias de pesquisa em análise do discurso. A primeira delas seria a construção de um *corpus* de texto como um sistema aberto, para verificar tendências e padrões de mudança. A segunda seria realizar comparações que revelem diferenças. Em terceiro, seria usar a análise de conteúdo para construir índices. E, finalmente, utilizar a análise de conteúdo para reconstruir “mapas de conhecimento” à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autoconhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a análise de conteúdo pode necessitar ir além da classificação das unidades de texto, e orientar-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações.

Na organização de uma análise de conteúdo devem ser levadas em conta a definição e a amostragem das unidades de texto para então proceder-se à categorização e codificação. Para Bauer (2005):

Um referencial de codificação é um modo sistemático de comparação. Ele é um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação). Embora o corpus de texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de

codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa. (Bauer, 2005, p. 199).

Complementando os autores citados, Bardin apud Castro et. all (2011) sugere que a análise de conteúdo seja realizada em quatro momentos: o primeiro seria a **pré-análise**; em que são definidos os documentos e protocolos a serem analisados, as hipóteses e os objetivos delineados e os indicadores de critério de análise que serão utilizados. A **codificação** é o segundo momento, que é a transformação do dado bruto em uma estrutura traduzida de manifestação do dado. Em seguida, é realizada a **agregação**, que determina qual a natureza das unidades que serão agrupadas em torno de diferentes categorias. E por último, a regra de enumeração, que indica o tipo de gradiente e a aritmética que serão aplicados aos referentes do material analisado.

#### 4.2.2 - Historiografia crítica

Woodward (1998) define historiografia como o ato de escrever a história, aos métodos de coletar provas e de organizá-las dentro de um padrão objetivo e significativo. Ela está mais relacionada com o pensamento que com a escrita, com o processo que com o conteúdo, com a busca do que realmente aconteceu, que com o que deveria ter acontecido.

A história crítica tem sido reformulada neste século pelos historiadores da ciência, com base nas causas latentes de preconceitos a ser vencidos. Mais recentemente, a história crítica tem assumido o papel de esclarecer os objetivos e valores da ciência em uma sociedade que há pouco passou a reconhecer as mulheres, as minorias, o meio ambiente, a tecnologia e a ética. (Woodward, 1998, p. 61).

Importante, quando se fala de uma história da ciência, que sejam discutidas as fontes de preconceito inerentes à interpretação humana. Woodward aponta seis fontes principais, que são: presentista, historicista, internalista, externalista, quantitativa e qualitativa. E antecipadamente apontamos nossa preocupação em não ignorá-las.

O “presentismo” seria a tendência dos historiadores na identificação com o lado vencedor, numa suposição de que as descobertas científicas aproximam-se mais e mais do mundo que pretendem descrever ou explicar. “Historicismo”, oposto do presentismo, seria a ênfase sobre o passado por meio da exclusão do presente. Um bom exemplo que Woodward

dá é quando ilustra com a citação sobre Thomas Kuhn: “... em *The Structure of Scientific Revolutions*, Thomas Kuhn chamou atenção para a maneira em que se combinam os métodos, os cenários institucionais e as visões do mundo, para produzir “paradigmas” típicos de uma certa época e lugar da história da ciência.” (Woodward, 1998, p. 66)

Junto com a dicotomia presentismo-historicismo, há também a dicotomia internalismo-externalismo. O “internalismo” se refere ao estudo do desenvolvimento interno da ciência, ainda que seja inegável que esse tipo de estudo tenha auxiliado a ciência a alcançar uma certa maturidade. De outro lado, o “externalismo” se refere às forças sociais e políticas que configuram o contexto em que a ciência foi desenvolvida.

Outra abordagem possível é a chamada “quantitativa”, em que os números são usados para reconstruir o passado da ciência.

Todo um campo da “ciência da ciência” tem medido as publicações por indivíduo no curso do tempo, o número de artigos de pesquisa em comparação com livros didáticos ou resenhas de uma subdisciplina, a longevidade das ideias científicas, a idade em que os cientistas são mais produtivos, e muitos outros aspectos da produtividade científica. (Woodward, 1998, p. 67)

Por outro lado, um trabalho qualitativo não é meramente descritivo, agregando diversas formas de sistematizar uma história da ciência a partir de fontes de dados variadas.

Woodward sugere como correção para o preconceito na pesquisa histórica, que se combinem todas as abordagens mencionadas, de modo a produzir uma análise mais enriquecida.

### **4.3 – Procedimento**

Para o levantamento inicial dos dados de nosso interesse, foram realizadas buscas digitais entre os dias 27 de maio e 08 de junho de 2013. As bases de dados selecionadas foram diversas, e consideramos utilizar mais de uma para que se ampliasse o espectro de possibilidades dos resultados que buscávamos. Foi utilizada a base Minerva – Sistema de Comunicação da UFRJ, por se tratar do sistema da própria universidade em que esta pesquisa foi realizada e possibilitar saber, inclusive, se no âmbito das pós-graduações existentes no

Instituto de Psicologia, houve algum trabalho produzido sobre nossa temática de interesse. Além disso, fizemos essa busca na Biblioteca Nacional por entender que toda a produção bibliográfica brasileira, necessariamente, passaria por aqueles arquivos. Selecionamos também a Base de dados CAPES, que agrega inúmeros indexadores de periódicos científicos nacionais e internacionais e, por fim, o Banco de Teses da CAPES, onde estão arquivados dados sobre a produção acadêmica brasileira em âmbito de mestrado e doutorado. Os descritores utilizados foram: “psicologia” e “negro”; “psicologia” e “raça”; “psicologia” e “relações raciais”; “psicologia” e “racismo”.

Foram utilizados os quatro descritores diferentes em cada uma das quatro bases de dados. Alguns resultados apareceram em duplicidade bases de dados. Considerando que nem todas as fontes de pesquisa tinham a variável data de publicação, listamos os resultados na íntegra e organizamos 4 tabelas finais (artigos, dissertações, teses e livros, que podem ser visitadas a título de ilustração na seção de Anexos deste trabalho) eliminando as publicações anteriores a 2001. Em outros momentos, os resultados reportados nos sistemas de busca incluíram produções que não se enquadravam no que pretendíamos buscar, apesar de possuir algum dos termos descritores. O critério que utilizamos para decidir o que tinha relevância para a pesquisa foi a leitura dos resumos dos trabalhos encontrados e a busca por uma conexão com o tema de nossa pesquisa. Apesar disso, essa leitura mostrou que nem sempre os trabalhos correspondiam ao perfil que buscamos. Por esta razão, optamos por trabalhar exclusivamente com os trabalhos apresentados em programas de pós-graduação em Psicologia ou suas especialidades (psicologia clínica, psicologia social, psicobiologia...) e que em seus títulos, palavras-chave ou resumos fizessem menção à temática racial ou ainda em que a variável cor/raça estivesse sendo levada em conta no desenho geral da pesquisa acadêmica. Um exemplo da especificidade da situação que abordamos se refere aos trabalhos ligados ao Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), quem nos resultados das buscas foram constantemente reportados, mas que nem sempre eram o motivo de nossa busca.

A etapa seguinte foi organizar tabelas com as respectivas listagens dos artigos, dissertações, teses e livros recensados para fazer sua leitura. Como dito anteriormente, centramos nossa atenção unicamente nos artigos, por consideramos representativos de pesquisas mais longas. Fizemos um quadro analítico com este material, tendo como pontos de análise: os seus objetivos, sua metodologia e referencial teórico, as conclusões a que chega,

além das questões que norteiam essa pesquisa: “Os autores dos artigos analisados possuem um posicionamento político definido diante de seus objetos de pesquisa?” e “de que maneira o conhecimento produzido pelas pesquisas analisadas é emancipador no sentido da superação das desigualdades raciais e da reparação dos danos causados pelo racismo?”. Em seguida fazemos uma reflexão a partir dos eixos de tensão no que se refere à discussão racial, de algumas abordagens teóricas comuns em que agrupamos os artigos.

## **5 - ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Conforme foi dito anteriormente, com base nos critérios de levantamento definidos, os resultados contabilizavam 25 teses de doutorado, 42 dissertações de mestrado, 16 artigos e 16 livros. Analisaremos somente os artigos, por considerarmos que representativos de pesquisas de pós-graduação em andamento ou já concluídas.

### **5.1 - Quadro analítico dos artigos**

#### **1 - OLIVEIRA FILHO, P. A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes. Estudos de Psicologia, Campinas, 26(4): 429-436, 2009.**

Objetivo: Discutir as ideologias que permeiam os discursos universalistas de pessoas brancas contrárias às cotas raciais.

Método / referencial teórico: psicologia social discursiva

Conclusões: As cotas não são combatidas a partir de discursos diferencialistas e nem com argumentos abertamente racistas. O problema é esse universalismo servir para negar e banalizar as práticas racistas e seus efeitos. Os resultados do trabalho mostram a existência de três grupos principais de argumentos mobilizados nos discursos dos sujeitos entrevistados: o primeiro deles associa as ações afirmativas à ideia de divisão racial e à importação de conflitos raciais típicos de outros países e que aqui não existiriam; o segundo aponta para a impossibilidade de implementar um programa desta natureza em um país marcado pela miscigenação, que seria em si uma prova da inexistência de racismo no Brasil e o terceiro tem como foco os direitos individuais ameaçados caso os indivíduos não sejam tratados com equidade em seus méritos individuais.

Posicionamento político definido: Notou-se o posicionamento do autor, favorável à adoção de ações afirmativa, e sensível às peculiaridades da dinâmica racial brasileira. Um ponto interessante foi o fato dele não se limitar a fazer um mapeamento estatístico das opiniões

acerca de um assunto tão polêmico quanto à adoção de ações afirmativas no Brasil e sim buscar analisar as ideologias por trás de discursos contrários, no sentido de compreender sua construção histórica e no fornecimento de ferramentas para sua desconstrução.

Conhecimento emancipador: A análise realizada criou ferramentas para a desconstrução de um discurso que não prioriza a transformação social.

**2 – FUKS, B.B. O pensamento freudiano sobre a intolerância. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, 19(1): 59-74, 2007.**

Objetivo: A autora propõe algumas definições do termo tolerância, a partir da discussão do conceito psicanalítico de “narcisismo das pequenas diferenças” e da análise das contribuições da psicanálise à história das teorias sobre a tolerância.

Método / referencial teórico: abordagem psicanalítica

Conclusões: apresenta definições psicanalíticas e explica o mecanismo da intolerância

Posicionamento político definido: Apresenta uma análise teórica profunda, mas pouco aborda a questão em relação aos negros no Brasil. Terminam apontando os riscos de uma “ditadura do politicamente correto”.

Conhecimento emancipador: Não traz nada que seja inovador e que possa ser usado estrategicamente na superação das desigualdades raciais. De alguma forma reforça a ideia do racismo (intolerância) como doença e não discute os efeitos disso numa esfera mais ampla.

**3 – GONÇALVES, D. M. Violência e identificação de raça como consequência da categorização de grupo. Estudos de Psicologia, Natal, 15(1): 97-102, 2010.**

Objetivo: Explicar como a agressão coletiva a membros de grupos adversários tem raiz filogenética e que a cor da pele pode ser usada na categorização de grupos.

Método / referencial teórico: Psicologia evolutiva - racismo



Conclusões: Justifica a violência a partir de uma visão evolucionista, e diz que a cor da pele não necessariamente se relaciona à codificação de raça.

Posicionamento político definido: Não explicita no texto.

Conhecimento emancipador: Método tradicional da psicologia hegemônica, de buscar através de teorias cognitivas e de personalidade abordar o racismo numa esfera psíquica e individualizante. O contraditório do artigo compete ao fato de que ao longo de todo o texto ele apresenta elementos que explicam o processo pelo qual ocorre a agressividade humana e o contexto de coesão grupal, e no final argumenta que nem a raça e nem a identificação racial são levadas em conta neste processo. O autor não abordou que a raça é uma construção sócio-histórica, por meio da qual os indivíduos são categorizados a partir de seu fenótipo, que o desdobramento disso é denominado racismo e que esse processo historicamente gerou e continua gerando violência. O posicionamento que Gonçalves apresenta sugere um incômodo em abordar o assunto em profundidade e fornecer, com a Psicologia Evolucionista, mais elementos para discussão sobre o tema.

**4 – WELLER, W.; SILVEIRA, M. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 931-947, 2008.**

Objetivo: analisar as experiências de estudantes cotistas e suas estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação

Método / referencial teórico: Psicologia social discursiva

Conclusões: Reforça a ideia da necessidade de mais abertura nas universidades para demandas políticas e sociais.

Posicionamento político definido: Apresenta a UnB como universidade de vanguarda na condição de primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas. Favorável ao sistema de cotas como forma de superação das desigualdades raciais.

Conhecimento emancipador: Ilustra bem a partir de experiências reais das estudantes em que pontos a política de ação afirmativa poderia ser aperfeiçoada.

**5 – LIMA, M.E.O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia, Natal, 9(3): 401-411, 2004.**

Objetivo: Analisar novas teorias sobre o racismo (racismo moderno, racismo simbólico, racismo aversivo, racismo ambivalente, preconceito sutil e racismo cordial) e discutir sobre o suporte empírico que as fundamenta.

Método / referencial teórico: psicologia social cognitiva

Conclusões: Os autores apresentam críticas específicas a cada uma das novas expressões do racismo, que são regidas basicamente por divergências entre conceituações. O que todas têm em comum é a análise do racismo em um nível individual, em termos de comportamento interpessoal e com pouco aprofundamento em termos sociais e políticos.

Posicionamento político definido: Os autores não definem explicitamente uma posição política e parecem tratar unicamente do racismo enquanto objeto de pesquisa.

Conhecimento emancipador: Os autores avançam quando delimitam que as ferramentas tradicionais não são mais capazes de capturar o fenômeno do racismo e apontam expressões que dão materialidade ao fenômeno. Entretanto, o aprofundamento e a inovação metodológica em um assunto debatido há tanto tempo pouco trouxe de contribuições práticas na superação das desigualdades raciais. Permaneceu na abordagem do racismo enquanto patologia.

**6 – LIMA, M.E.O.; VALA, J. Sucesso social, branqueamento e racismo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, 20(1): 011-019, 2004.**

Objetivo: Investigar os efeitos da cor da pele percebida e do sucesso social no branqueamento e na infra-humanização.

Método / referencial teórico: Psicologia social experimental. Racialismo.

Conclusões: Os resultados indicam que os negros que obtêm sucesso social são percebidos como mais brancos do que os negros que fracassam.

Posicionamento político definido: Os interesses políticos ficaram pouco explícitos ainda que o objetivo da pesquisa tenha sido a criação de provas empíricas que comprovassem a veracidade da teoria do embranquecimento.

Conhecimento emancipador: Tal qual no artigo anterior, os autores avançam na produção de provas empíricas que reforçam o que o movimento social negro denuncia há algum tempo. Mas não fui capaz de vislumbrar uma apropriação política emancipadora dos resultados da pesquisa.

**7 – MASIERO, A. L. A psicologia racial no Brasil (1918-1929). Estudos de Psicologia, Campinas, 10(2): 199-206, 2005.**

Objetivo: Demonstrar como as teorias raciais entraram no âmbito das ciências psicológicas, direcionando conceitos e práticas.

Método / referencial teórico: historiografia crítica

Conclusões: O autor fala da geração de uma “psicologia racial” no Brasil, que reduzia os saberes psicológicos a uma problemática racial.

Posicionamento político definido: O autor problematiza bem a importância de se situar politicamente o papel da ciência.

Conhecimento emancipador: O trabalho de cunho histórico realizado por Masiero tem como mérito o fornecimento de elementos para uma reflexão acerca do papel da ciência, a psicologia incluída, na construção de estigmas e preconceitos raciais.

**8 – GOUVEIA, V.V.; SOUZA FILHO, M. L.; ARAÚJO, A.G.T.; GUERRA, V.M.; SOUSA, D.F.M. Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, 19(3): 422-432, 2006.**

Objetivo: Conhecer em que medida as motivações interna e externa para responder sem preconceito se correlacionam com os valores humanos. Validar as seguintes escalas: *Questionário de Valores Básicos*; *Escala de Desejabilidade Social* e a *Escala de Motivação Interna para Responder sem Preconceito*.

Método / referencial teórico: psicologia social cognitiva, escalas de atitudes (psicometria)

Conclusões: A motivação interna se correlaciona de modo positivo, principalmente com os valores suprapessoais, como maturidade, beleza e conhecimento. A motivação externa se correlaciona com os valores de realização, destacando-se entre eles o prestígio e a privacidade.

Posicionamento político definido: O estudo contribui na discussão sobre as motivações para exposição clara sobre o racismo, os autores apontam nas considerações finais a expectativa que a validação do instrumento auxilie nas ações afirmativas para redução do preconceito racial.

Conhecimento emancipador: Contribui na produção de mais uma ferramenta, mas pouco se problematiza ou avança. Permanece na patologização do racismo, típico das abordagens tradicionais em psicologia.

**9 – OLIVEIRA FILHO, P. Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. Estudos de Psicologia, Natal, 10(2): 247-253, 2005.**

Objetivo: Analisar os discursos de pessoas brancas sobre o modo bipolar de classificação racial.

Método / referencial teórico: Psicologia discursiva

Conclusões: Conclui apontando a ambigüidade e o conflito existentes quando se trata da coexistência dos ideais de universalismo e diferencialismo na sociedade brasileira, e apontando que o “mito da democracia racial impede, com sua exaltação da harmonia entre

todos os grupos raciais, a consciência entre os não-brancos, dos sutis mecanismos de exclusão que os atingem.” (p. 253)

Posicionamento político definido: Bem explícito, no sentido de descortinar as fragilidades do discurso da democracia racial que impede a superação das desigualdades raciais.

Conhecimento emancipador: Analisar as sutilezas do discurso racial brasileiro que permitem criar uma camada protetora das desigualdades raciais.

**10 – OLIVEIRA FILHO, P.; SANTOS, I.O.; SOARES, M.B. Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários. Psicologia Política, São Paulo, 10(19): 25-40, 2010.**

Objetivo: Abordar a produção de sentido para o termo raça e outros termos usados para classificar as pessoas em relação à raça/cor no Brasil, em seus sentidos biológico e sociológico.

Método / referencial teórico: psicologia discursiva

Conclusões: Os resultados da pesquisa apontaram para as estratégias discursivas utilizadas para combater o racismo, que passam pela completa ausência de definições essencialistas e discursos de tom anti-diferencialista. Os autores nomeiam esse processo como um “racismo pragmático”, não essencialista e que é marcado pelas ambiguidades.

Posicionamento político definido: Posicionamento bem definido, em busca de avanços no debate sobre relações raciais a partir de questões de pesquisa criativas.

Conhecimento emancipador: A análise realizada criou ferramentas para a desconstrução de um discurso que não prioriza a transformação social. Mais uma vez, buscar entender em profundidade as nuances da dinâmica racial brasileira, que é permeada de sutilezas que produzem uma realidade em que é difícil capturar o racismo no ato, mas ao mesmo tempo produz concreta e visivelmente as desigualdades raciais

**11 – SCHUCMAN, L.V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. Psicologia Política, São Paulo, 10(19): 41-55, 2010.**

Objetivo: Discutir o uso da categoria raça no processo de produção do racismo e de que forma é possível que se dê a apropriação desta categoria numa perspectiva de luta antirracista

Método / referencial teórico: Racialismo

Conclusões: Defende o uso da categoria raça na atualidade, enquanto “raça social”, no sentido do reconhecimento positivo da população negra e na compensação e correção das desigualdades raciais.

Posicionamento político definido: Defende o uso da categoria raça na atualidade, enquanto “raça social”, no sentido do reconhecimento positivo da população negra e na compensação e correção das desigualdades raciais.

Conhecimento emancipador: A análise realizada criou ferramentas para a desconstrução de um discurso que não prioriza a transformação social.

**12 – ACEVEDO, C.R.; NOHARA, J.; RAMUSKI, C.L. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. Psicologia Política, São Paulo, 10(19): 57-73, 2010.**

Objetivo: Compreender as relações entre pessoas brancas e negras na mídia brasileira. As autoras trazem dados estatísticos sobre a população e questionam a inequidade entre os papéis desempenhados na mídia e como esse desequilíbrio fortalece os estigmas sociais.

Método / referencial teórico: psicanálise, teoria do aprendizado social

Conclusões: Apontam para a existência de um desequilíbrio das relações de poder ou *status* socioeconômico, onde pretos e pardos são representados nas ficções ou como atletas, trabalhadores braçais ou artistas, além dos estereótipos mais comuns: criminosos, favelados, prostitutas, escravo, a mãe negra, o amigo do herói branco, o malandro carioca, o preto velho, o negro revoltado, o negro de alma branca, entre outros.

Posicionamento político definido: Posição de denúncia do racismo e reflexão a partir de arcabouço teórico predefinido. Fez uma aproximação da realidade

Conhecimento emancipador: As autoras buscaram realizar um aprofundamento teórico-conceitual sobre as relações raciais no Brasil utilizando os meios de comunicação como método e acrescentando, aos já conhecidos conceitos de democracia racial e embranquecimento, uma leitura através de uma teoria sociológica e do uso de conceitos psicanalíticos. Tratou-se de um artigo que articulou conceitos para entender melhor a dinâmica racial brasileira.

**13 – ROSO, A.; STREY, M.N.; GUARESCHI, P.; BUENO, S.M.N.; Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais e de gênero. Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, 14(2): 74-94, 2002.**

Objetivo: Analisar dois comerciais de televisão através de uma metodologia crítica baseada nos Estudos Culturais, e a partir disso discutir os conceitos de minoria e maioria, com seu caráter *nômico* e *anômico*.

Método / referencial teórico: Estudos culturais

Conclusões: A partir da análise ideológica de duas propagandas de televisão em três níveis: a realidade, a representação e a ideologia, os autores descortinam os processos de opressão de raça e gênero presentes na mídia brasileira.

Posicionamento político definido: É um artigo que se soma ao grupo dos artigos que buscam tornar evidentes os mecanismos de exclusão, utilizando uma base teórica definida e tendo como objeto de análise o preconceito e as relações de poder.

Conhecimento emancipador: Posição de denúncia do racismo e reflexão a partir de arcabouço teórico predefinido. Fez uma aproximação da realidade

**14 – NUNES, S.S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Psicologia USP, São Paulo, 17(1): 89-98, 2006.**

Objetivo: Abordar as origens do racismo brasileiro tendo como foco de análise o discurso científico e as teorias raciais europeias no início do século XX e sua apropriação por intelectuais brasileiros, especificamente Nina Rodrigues.

Método / referencial teórico: historiografia crítica.

Conclusões: Em que alguns momentos históricos são lembrados, no sentido de compreender a dificuldade da sociedade brasileira em “confessar” o racismo.

Posicionamento político definido: É um artigo que se soma ao grupo dos artigos que buscam tornar evidentes os mecanismos de exclusão, utilizando como base teórica alguns dados históricos.

Conhecimento emancipador: O fenômeno do preconceito racial foi o objeto de pesquisa deste trabalho, que pode ser agrupado entre os artigos que buscam compreender a fundo a dinâmica racial brasileira por meio de fundamentos teóricos específicos, sendo neste caso utilizados os dados históricos.

**15 – PIRES, A.M.L.T. El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, 22(1): 32-42, 2010.**

Objetivo: Avaliar as manifestações do preconceito racial num mostra populacional do Rio Grande do Sul utilizando duas escalas específicas: a escala de racismo moderno, de McConahay, Hardee e Batts (1981) e a escala de racismo cordial do Datafolha (1995) e Venturi G. (2003).

Método / referencial teórico: Psicometria

Conclusões: O estudo concluiu que há diferença entre as duas escalas, uma vez que os sujeitos relataram mais racismo moderno do que racismo cordial. A autora concluiu ainda, que as variáveis “gênero” e “orientação à dominância social” são preditores no racismo moderno na amostra pesquisada.



Posicionamento político definido: Não está definido tão explicitamente, mas sugere a denúncia de que a democracia racial brasileira é um mito.

Conhecimento emancipador: Trouxe à tona novas ferramentas capazes de capturar o fenômeno do racismo em outras facetas, uma vez que partia do princípio de que o mesmo não se mostra tão explicitamente.

**16 – RODRIGUES, C.S.; PRADO, M.A.M.; Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, 22(3):445-456, 2010.**

Objetivo: Analisar os últimos 30 anos dos movimentos de mulheres negras, a partir de entrevistas com militantes, participantes do processo e fazendo o levantamento de fontes documentais.

Método / referencial teórico: psicologia discursiva

Conclusões: Eles discutem os processos de formação deste novo sujeito coletivo, suas redes de solidariedade, seus conflitos e dilemas, sua institucionalização/burocratização e sua articulação com o Estado brasileiro. Falam diretamente sobre o movimento social.

Posicionamento político definido: Ficou clara a preocupação dos autores com a importância dos movimentos sociais e suas estratégias de disputa política.

Conhecimento emancipador: Analisar as estratégias de atuação de um movimento social que reivindica transformações foi uma definição de objeto de pesquisa estratégica e inovadora. Pode-se considerar um conhecimento emancipador do ponto de vista da originalidade do objeto.

Com a leitura de todos os artigos levantados, ficou evidente a repetição de alguns formatos específicos de pesquisa: a discussão do racismo enquanto fenômeno patológico individualizado, a análise histórica em psicologia e teorias raciais, o uso e validação de ferramentas que ultrapassem a barreira que acoberta o racismo à brasileira e consigam

capturar diversas formas de racismos que se camuflam; a análise do discurso de pessoas contrárias às políticas de ações afirmativas e suas estratégias para manutenção do mito da democracia racial, a denúncia do racismo na mídia, entre outras.

Nesse sentido, em todos os artigos foi observado um posicionamento político dos autores, no sentido assumirem explicitamente a existência de racismo no Brasil e buscar formas de melhor compreender este processo por meio da delimitação dos objetos de pesquisa e das ferramentas teóricas e conceituais. A própria escolha do racismo e das questões raciais como objeto de pesquisa denotou um interesse e um posicionamento político frente à experiência brasileira. Por outro lado, a grande frequência de estudos que se dedicaram a estudar o fenômeno do racismo e suas especificidades nos leva a concluir que estes estudiosos cumpriam um papel condizente com uma situação geral da sociedade brasileira, que só aos poucos reconhece a existência do racismo e desnuda o mito da democracia racial. Fica explícita a fragilidade do diálogo com as demandas do movimento social negro, que seria estratégica quando se pensa uma contribuição da psicologia numa perspectiva crítica de superação das desigualdades raciais. Poucos foram os artigos que tiveram como eixo um diálogo direto com os movimentos sociais negros, desses podemos ressaltar os de Oliveira Filho (2004), quando se propõe a explicitar as estratégias discursivas que giram em torno do universalismo e da não racialização que impedem que sejam tomadas medidas corretivas em direção à superação das desigualdades raciais, como as ações afirmativas, por exemplo. Outro exemplo é o artigo de Rodrigues & Prado (2010), quando abordam as estratégias mobilizatórias do movimento de mulheres negras, suas articulações e seus desafios a partir das alianças políticas realizadas. Este é um exemplo de artigo que realiza uma reflexão crítica sobre o movimento e que fornece elementos para compreender em quais aspectos as negociações políticas poderiam ser aperfeiçoadas no sentido da conquista dos objetivos propostos.

Com base nestas reflexões, realizamos uma categorização dos artigos com base nos arcabouços conceituais mais frequentes. Organizamos as categorias da seguinte forma: I) Multirracialismo, miscigenação e novas formas de racismo; II) O conceito de “racialização” e III) Abordagens discursivas e da psicologia crítica.

## **5.2 – Abordagens teóricas correntes**

Num olhar mais objetivo, pode-se dizer que as abordagens da psicologia em relações raciais caminham em duas direções majoritárias; a tentativa de guiar e informar as políticas governamentais para uma educação anti-racista; e a outra, mais “psicológica”, seria o endereçamento direto aos problemas de saúde mental em grupos minoritários. O que estas direções compartilham entre si é que, ainda que o foco seja social ou individual, novamente elas exemplificam o envolvimento reflexivo da psicologia e de outras ciências sociais na “mudança” da realidade, sendo elas mesmas partes da sociedade em que vivem e conseqüentemente parte de um processo histórico.

Em análise dos artigos levantados a partir dos métodos de pesquisa utilizados e dos principais conceitos utilizados, constatou-se que poderiam ser organizados a partir das categorias:

- I. Multirracismo, miscigenação e novas formas de racismo;
- II. O conceito de “racialização”;
- III. Abordagens discursivas e da psicologia crítica

No que se segue, eu abordarei cada um dos temas, ilustrando como apareceram nos artigos analisados.

#### **I. Multirracismo, miscigenação e novas formas de racismo**

Esta pode, historicamente, ser lida como uma faceta da problematização das diferenças raciais e do racismo, que ocorre há muito tempo. Contemporaneamente, alguns estudos têm sido feitos na problematização do híbrido, focando nas questões particulares de sua formação identitária e como o racismo afeta pessoas de ascendência mestiça.

Segundo Richards (2012), estudos realizados em países de colonização britânica, contrariando a ideia de que a mestiçagem produz resultados necessariamente de problemas de identidade naqueles países com um modo de socialização específico, as pesquisas encontraram que estes eram casos raros, ainda que alguns participantes da classe média e de escolas majoritariamente brancas sentissem mais identificação com os brancos que com a classe negra trabalhadora (a qual também buscou referenciar algum parente na classe média negra que não fosse mestiço). A sua bagagem “misturada” foi frequentemente uma fonte positiva de orgulho, facilitando um melhor entendimento das questões raciais e culturais. O que a perspectiva desta “teoria do posicionamento” nos oferece é uma grande variedade de

experiências de “mistura racial”, as rotas pelas quais as pessoas se tornaram conscientes de sua cor (“racialização”), enquanto as consequências disso tenderam a ser mais positivas do que negativas.

Mas essas são leituras de estudos realizados em países de língua inglesa. Os estudos sobre relações raciais e mestiçagem realizados no Brasil fornecem um estudo de caso interessante e particular. Telles (2006) fez uma releitura da ideia de “democracia racial”, desenvolvida pelo historiador Gilberto Freyre durante a década de 1940 e sugere que existe uma diferenciação entre as relações sociais horizontais e verticais no que se refere ao poder e aos recursos sociais. Isto resulta num tipo de contradição em que no Brasil os casamentos inter-raciais não são tão estigmatizados e a segregação residencial não é tão marcante quanto nos Estados Unidos, ainda que a ausência de negros nas classes média e alta, assim como as desigualdades econômicas entre eles seja todas maiores. Ter a pele clara confere um *status* social e há um processo de “branqueamento” bastante documentado. No estudo “Sucesso social, branqueamento e racismo”, realizado por Lima & Vala (2004), isso fica bem claro:

“No Brasil, como demonstraram os estudos de Adorno (1996) e a análise sociológica de Degler (1971), é o branqueamento da condição social do negro que define o racismo e a infra-humanização contra ele. Sendo assim, podemos supor que os efeitos da cor da pele e do sucesso da infra-humanização dos grupos podem ser mediados pelo branqueamento. Não obstante a importância do branqueamento nas relações “racializadas” no Brasil, nenhum estudo analisou empiricamente o papel do branqueamento como mediador das expressões do racismo.” (LIMA & VALA, 2004, p. 13)

Assim como os eixos de tensão tais como relações raciais são consideradas questões individuais ou sociais e não são nem equilibradas nem resolvidas, aqueles que trabalham sob a ótica do multirracismo ou parentalidade mista tem predominantemente um foco psicopolítico, relativista e utilizam a psicologia crítica/discursiva como referencial, sendo especialmente sensíveis às tensões entre o individual e o coletivo na formação da identidade.

## **II. Racialização**

Segundo Richard (2012) o crédito pela apresentação deste conceito é dado a Michael Banton (1977) ainda que os livros “Pele negra, máscaras brancas” e “Os condenados da terra”

de Frantz Fanon sejam frequentemente considerados seminais sobre este assunto. O autor referencia Miles e Brown (2013) e Murji e Solomos (2005) na definição deste conceito como “o processo pelo qual ideias sobre raças são construídas, se tornam consideradas como importantes e são convocadas”, mas é também usado mais especificamente para se referir ao processo pelo qual os indivíduos vêm atribuir ou assumir para si próprios, uma identidade racial. Consequentemente, “desracialização” então se refere ao abandono do discurso racial ou ao uso de “rótulos” raciais. O artigo de Oliveira Filho et. al (2010) “Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários”, ilustra bem o debate em torno da adoção ou não de termos em relacionados à cor/raça no Brasil.

No Brasil, por outro lado, o vocabulário racializado parece causar constrangimento em amplos setores da sociedade brasileira. (...) Esse antirracismo discursivo, no Brasil, é acompanhado por um discurso recorrente que afirma e celebra a mestiçagem profunda do povo brasileiro. (OLIVEIRA FILHO et al., 2010, p. 27)

A maior parte do trabalho sobre racialização, especialmente sua teorização, tem sido no campo dos estudos de história colonial e estudos pós-coloniais. Tomando Fanon como ponto de partida, inúmeros escritores têm explorado o quanto a “racialização” dos povos tem sido intrínseca, estrutural e característica do colonialismo europeu desde o século XIX. Isso pode ser mostrado para servir a numerosos fins funcionais, desde os psicológicos, até guiando políticas gerenciais administrativas e econômicas. H.K. Bhabha tem sido o expoente mais radical disso, embora sua posição seja muito complexa para ser enquadrada em uma categoria única. Outros escritores de liderança neste filão são K.A. Appiah e Zizek. O seu trabalho, entretanto, é melhor examinado sob o tema da psicologia da libertação e pós-colonial, nas quais “racialização” pode ser tomada como uma leitura transversal. Oliveira Filho, se alinha à posição de Appiah no que diz respeito à adoção do racialismo:

Como Appiah, entendemos que o racialismo não implica necessariamente em racismo. Mas podemos compreender a crença em contrário. O raciocínio segundo o qual o racialismo resulta necessariamente em racismo é fundamentado num doloroso conjunto de experiências que marcaram os séculos XIX e XX no mundo ocidental. (OLIVEIRA FILHO et al., 2010, p. 28)

Como uma questão, a “racialização” levanta a maioria das tensões que já identificamos e é a área majoritária onde a teorização contemporânea sobre “raça” pode ser encontrada. Ambas as formas de pesquisa colonial e não-colonial podem facilmente

coexistirem, assim como as tensões entre as relações raça-racismo, acadêmico-psicopolítico, individual-coletivo, se mantêm muito ativas ainda.

### **III. Psicologia crítica e discursiva**

O movimento do construcionismo social na psicologia social, nos campos discursivo e crítico, tem realizado inovações consideráveis no estudo das questões raciais. Uma discussão sobre a relação entre os símbolos raciais, tais como a palavra “raça” em si e seus referenciais, tem sido um ponto crucial nessa questão. Para Richard (2012), as ideologias exibem três níveis de conteúdo racial: fraca, que aceita a existência e a importância das raças, mas é não-avaliativa (mais ou menos equivalente ao uso do “racialismo”, como primariamente uma característica científica em vez de discurso político); avaliativa, que afirma diferenças qualitativas entre as raças, e forte, que detém que os superiores merecem melhor tratamento e os inferiores são considerados sub-humanos. Sobre essa discussão acerca da importância das raças e dos tipos de racismos, Oliveira Filho (2010) discorre:

“Os racismos universalistas afirmam uma humanidade comum, embora constituída por raças superiores e inferiores, adiantadas e atrasadas. Os racismos diferencialistas têm amor à diferença e procuram preservá-la a qualquer preço. (...) Já os racismos universalistas procuram assimilar as diferenças, mas preservam mecanismos que perpetuam a desigualdade, a dominação e a exploração (...) Ainda segundo Taguieff (1987), no campo dos antirracismos são encontrados antirracistas diferencialistas reivindicando ora o direito à diferença de minorias étnicas, ora o direito à diferença de grupos definidos. (...) Há os universalistas, que desconfiam dos particularismos grupais e tendem a acreditar no papel pacificador e unificador da mistura racial. (...) o discurso universalista (o antidiferencialismo) (...) tem sido usado recorrentemente para obliterar a intensidade e os efeitos perversos do racismo brasileiro e para desqualificar políticas públicas que possam representar um avanço real na diminuição da desigualdade racial” (OLIVEIRA FILHO, 2009, p. 429-430).

Analisando o trabalho de Wetherell e Potter, sobre um estudo de caso na Nova Zelândia e que teve o maior impacto na demonstração no potencial da análise de discurso, “Mapping the language of racism: discourse and the legitimation of exploitation” podemos ter uma análise de sete potencialidades do uso da metodologia discursiva ao abordar a questão das relações raciais: a) foco na veracidade das reivindicações racistas; b) a ideologia racista é

um sistema de ideias estruturado e contextualmente definido; c) o campo social é uma estrutura fixa e pré-definida; d) os processos psicológicos estão confinados dentro dos indivíduos; e) o discurso é um meio de expressar e refletir essas ideias; f) é um resultado da separação entre discurso, ação, subjetividade e processo social; g) possibilita privilegiar algumas áreas da ciência em detrimento de outras, as quais são criticadas. (Richards, 2012)

O que é especialmente relevante para nós nessa análise dos artigos brasileiros, é que ambas as abordagens psicodinâmicas e cognitivistas sociais tem, erroneamente, localizado o problema a nível individual e ignorado as tensões entre os fatos e valores assim como entre aparência e realidade (manifesto/latente). Contrariamente, a psicologia crítica do racismo e a psicologia social discursiva abordam a problemática do racismo, revisando uma visão de sociedade assim como de personalidade individual. Dessa forma, estas abordagens concluem que o racismo está mais enraizado social e estruturalmente que a nível pessoal e psicológico, e que “psicologizar” o racismo desloca o problema.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenhar um conjunto de conclusões a partir do exposto não é uma tarefa fácil, porque todos os aspectos e níveis dos tópicos estão correntemente em condição de fluxo criativo e produtivo. Quando criei o projeto de pesquisa de analisar a forma como a psicologia brasileira vinha abordando a temática racial nos últimos anos, não imaginei o tamanho da responsabilidade que assumiria, não por “avaliar” o trabalho alheio, mas por ter capacidade de fazer reflexões e contribuições acerca do que já foi feito.

Parte da bibliografia usada nesta pesquisa é de países de língua inglesa, e isso causou uma necessidade de adaptação não só idiomática, mas de realidades distintas, ainda que fornecesse uma valiosa inspiração em termos de análises. Não há como hierarquizar o nível das discussões sobre o assunto comparativamente entre países. Do mesmo modo, não há como negar a inventividade e a naturalidade com que certos temas são tratados em outros países enquanto no Brasil seriam considerados tabus.

Teorizações sobre a natureza do conceito de “raça” ou racismo; e a relação entre os dois, é algo que tem uma discussão longa e antiga. De outro modo, considero pessoalmente uma novidade, a existência de uma prática libertária “psico-política” que atue a partir de situações opressivas, bem como enquanto coletividade envolvida em contextos racializados. Além disso os seguintes pontos também são importantes lembrados:

1. A existência de um eixo de tensão, ainda mal resolvido, e que diz respeito sobre a afirmação ou a negação das diferenças. A tendência mais recente de ver a negação das diferenças e a identificação universalista como uma estratégia progressiva, tem sido apontada como uma espécie de daltonismo racial em que a norma cultural branca foi eurocentricamente eleita como base de comparação, de modo que quando as diferenças são consideradas, elas são patologizadas como desvios. Entretanto, uma preocupação exclusiva com as diferenças pode ser igualmente contra produtiva se ela permitir que sejam reforçados estereótipos e atitudes racistas. O ideal seria o reconhecimento das necessidades culturais específicas e as prioridades de diferentes grupos étnicos, enquanto afirmamos uma humanidade comum.



2. A questão da identidade emerge desta questão teórica central, e que está estreitamente ligada ao próximo ponto, o da psicologia pós-colonial ou psicologia da libertação.
3. A racialização dos discursos tem se situado no coração da temática racial. Por este motivo o uso de etiquetas raciais para identificar os outros e a nós mesmos é visto como central, e isto não pode ser separado da questão da afirmação ou negação das diferenças.
4. Outro ponto de discórdia é a conceitualização de “racismo”. Em particular, há uma divisão entre teorias pragmáticas e essencialistas.
5. A relação entre anti-racismo e outras lutas libertárias é também um ponto importante na agenda política contemporânea da psicologia e que poderia ser melhor contemplada.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C.R.; NOHARA, J.; RAMUSKI, C.L. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. *Psicologia Política*, São Paulo, 10(19): 57-73, 2010.

BAUER, M.W. & GASKELL, G. (2005). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes.

BENTO, M.A.; CARONE, I. (2002). *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes.

BROZEK, J. ; MASSIMI, M. (orgs). *Historiografia da Psicologia Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CASTRO, T.G.; ABS, D.; SARRIERA, J.C. Análise de conteúdo em Pesquisas de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 31(4), 814-825.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Resolução 18/2002

DURRHEIM, K., HOOK, D., RIGGS, D. Race and racism. In: FOX, D; PRILLELTENSKY, I; AUSTIN, S. (2009). *Critical psychology: na introduction*. California: Sage Publications.

ENCONTRO NACIONAL DE PSICÓLOGOS(AS) NEGROS(AS) E PESQUISADORES(AS) SOBRE RELAÇÕES INTERRACIAIS E SUBJETIVIDADE NO BRASIL., I. 2010, São Paulo. Anais. Cd-Rom.

FOX, D., PRILLELTENSKY, I., AUSTIN, S. Critical psychology for social justice: concerns and dilemmas. In: FOX, D; PRILLELTENSKY, I; AUSTIN, S. (2009). *Critical psychology: na introduction*. California: Sage Publications.

FUKS, B.B. O pensamento freudiano sobre a intolerância. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 19(1): 59-74, 2007.

GONDIM, S.M.G., BENDASSOLI, P.F. Uma crítica da utilização da análise de conteúdo qualitativa em Psicologia. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 19(2): 191-199, 2014.

GOUVEIA, V.V.; SOUZA FILHO, M. L.; ARAÚJO, A.G.T.; GUERRA, V.M.; SOUSA, D.F.M. Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 19(3): 422-432, 2006.

GONÇALVES, D. M. Violência e identificação de raça como consequência da categorização de grupo. *Estudos de Psicologia*, Natal, 15(1): 97-102, 2010.

GUTHRIE, R.V. (2004). *Even the rat was White: a historical view os psychology*. Boston: Allyn & Bacon.

LIMA, M.E.O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, Natal, 9(3): 401-411, 2004.

LIMA, M.E.O.; VALA, J. Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 20(1): 011-019, 2004.

MAZAMA, A. (2009). A afrocentricidade como um novo paradigma. In: Nascimento, E.L. (org). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro.

MASIERO, A. L. A psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia*, Campinas, 10(2): 199-206, 2005.

NUNES, S.S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, São Paulo, 17(1): 89-98, 2006.

OLIVEIRA FILHO, P. A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 26(4): 429-436, 2009.

OLIVEIRA FILHO, P. Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. *Estudos de Psicologia, Natal*, 10(2): 247-253, 2005.

OLIVEIRA FILHO, P.; SANTOS, I.O.; SOARES, M.B. Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários. *Psicologia Política, São Paulo*, 10(19): 25-40, 2010.

PAIXÃO, M. et al. (2010). Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond.

PHILLIPS, L. Antiracist work in the desegregation era: the scientific activism of Kenneth Bancroft Clark. 233-260. In: WINSTON, A.S. (2004). *Defining difference: race and racism in the history of Psychology*. Washington, DC: American Psychological Association.

PIRES, A.M.L.T. El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. *Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte*, 22(1): 32-42, 2010.

RICHARDS, G. (2012). "Race", racism and psychology: toward a reflexive history. New York: Routledge

RODRIGUES, C.S.; PRADO, M.A.M.; Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte*, 22(3):445-456, 2010.

ROSO, A.; STREY, M.N.; GUARESCHI, P.; BUENO, S.M.N.; Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais e de gênero. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, 14(2): 74-94, 2002.

SANTOS, A.O.; SCHUCMAN, L.V.; MARTINS, H.V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 32(s/n), 166-175, 2012.

SCHUCMAN, L.V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, São Paulo, 10(19): 41-55, 2010.

SCHWARCZ, L.M. Dos males da medida. *Psicologia USP*, São Paulo, 8(1), 1997.

TELLES, E.(2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará

WASELFISZ, J.J. (2013). *Juventude Viva. Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude: Brasília.

WELLER, W.; SILVEIRA, M. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 931-947, 2008.

WERTHEIMER, M. (1998). Pesquisa histórica – Por quê?. In: Brozek, J.; Massimi, M. (orgs.). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

WINSTON, A.S. (2004). *Defining difference: race and racism in the history of psychology*. Washington, DC: American Psychological Association.

WOODWARD, W.R. (1998) Rumo a uma historiografia crítica da psicologia. In: Brozek, J.; Massimi, M. (orgs.). História da psicologia moderna. São Paulo: Edições Loyola.

**ANEXO A – Lista de teses de doutorado**

	Título	Autor	Programa	Ano
1	Questões sobre raça e psicologia em periódicos brasileiros: a solução eugênica	André Luís Masiero	Psicologia/USP Ribeirão Preto	2004
2	Representações de grupos nacionais: um estudo psicossocial comparativo	Angel Beldarrain Durandegui	Psicologia/UFRJ	2002
3	Discursos étnico-raciais proferidos por candidatos/as a programa de ação afirmativa	Antônio Honório Ferreira	Psicologia Social/PUC-SP	2010
4	Interdição e sagrado: um estudo sobre a identidade étnica de participantes de terreiros de candomblé	Conceição Corrêa das Chagas	EICOS/UFRJ	2011
5	As mulheres rodam a baiana: diásporas a África no Brasil de todos os santos. Um estudo sobre mães-de-santo no Rio de Janeiro	Cláudio São Thiago Cavas	EICOS/UFRJ	2011
6	As cores do movimento negro: narrativas, identidade e reconhecimento no espaço público	Dayse Marie de Oliveira	Psicologia Social/UERJ	2011
7	Categorização de grupos na formação de alianças e coalizões: uma análise evolucionista	Diego Macedo Gonçalves	Psicologia/UFRN	2009
8	O caminho das águas: estereótipos de personagens femininas negras nas obras para jovens, de escritoras brancas	Edith Silveira Pompeu Piza	Psicologia Social/PUC-SP	1995
9	Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira	Eliane Silva Costa	Psicologia Social/USP	2012
10	O sortilégio da cor: identidade afrodescendente no Brasil	Elizabeth Larkin Nascimento	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/USP	2000

11	O racismo na trajetória escolar e profissional de professoras universitárias	Evenice Santos Chaves	Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento)/UFPA	2006
12	As ilusões da cor: sobre raça e assujeitamento no Brasil	Hildeberto Vieira Martins	Psicologia Social/USP	2009
13	A floresta sagrada da Tijuca: estudo de caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional	Lara Moutinho da Costa	EICOS/UFRJ	2008
14	Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana	Lia Vainer Schucman	Psicologia Social/USP	2012
15	Da representação ao mito: xirê-festa e tradição negro brasileira	Lilia Mara Camera de Paula	ISOP/FGV	1989
16	Adesão ao fascismo e preconceitos contra negros: um estudo com universitários na cidade de São Paulo	Luís Guilherme Galeão da Silva	Psicologia Social/PUC-SP	2007
17	Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público	Maria Aparecida Silva Bento	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/USP	2002
18	Afetividade intergrupala, política afirmativa e sistema de cotas para negros	Maria da Penha Nery	Psicologia Clínica e Cultura/UnB	2008
19	O anti-racismo no Brasil como novos movimentos sociais	Maria Palmira da Silva	Psicologia Social/PUC-SP	2000
20	Educação, diferenças e desigualdade: a contribuição da escola neste enfrentamento	Marly de Jesus Silveira	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/USP	2002
21	Estratégias do discurso racista: a justificação da desigualdade e a defesa dos privilégios raciais em discursos brancos	Pedro de Oliveira Filho	Psicologia Social/PUC-SP	2003



22	Identidade de jovens negros nas periferias das metrópoles: recortes entre São Paulo e Paris	Regina Marques de Souza	Psicologia Social/PUC-SP	2008
23	Uma história de lutas e vitórias: a construção da identidade de um afro-descendente brasileiro	Ricardo Franklin Ferreira	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/USP	1999
24	Claras imagens do sofrimento negro – o sofrimento mental de Lima Barreto	Silvana Cavichioli Gomes Almeida	Psicologia Social/PUC-SP	2003
25	Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil	Sylvia da Silveira Nunes	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/USP	2010

## ANEXO B – Lista de dissertações

	Título	Autor	Programa	Ano
1	Cuidando do futuro do Brasil: infância, educação e higiene mental na obra de Arthur Ramos	Alexandre Schereiner Ramos da Silva	IPUB/UFRJ	1998
2	Representações sociais da política de cotas raciais segundo alunos do ensino médio de uma escola estadual na cidade do Rio de Janeiro	Ana Paula da Silva Magalhães	Psicologia/UFRJ	2009
3	Sobre a psycho-eugenia: preparemos homens para defender a pátria e não para os manicômios. Uma contribuição aos estudos históricos em psicologia no Brasil – 1900-1940	André Luís Masiero	Psicologia/USP Ribeirão Preto	2000
4	Fracasso e sucesso no desempenho de crianças negras de uma escola pública de São João del Rey/MG	Aparecida Ferreira Alves	Psicologia/UFSJ	2012
5	O preconceito racial no Brasil	Camélia Bezerra Mendes	Psicologia Social/Univ. Gama Filho	1990
6	A representação social da África e dos africanos	Cláudia Freire Vaz	Psicologia Social/UERJ	2011
7	Para entoar tua canção: uma reflexão sobre a necessidade de uma postura sensível do psicólogo quanto às questões de diversidade cultural	Cláudia Marra	Psicologia Clínica/PUC-SP	2005
8	Cuidar? Sim; Olhar de gênero? Não. Os sentidos do cuidado no CAPS a partir de documentos técnicos do Ministério da Saúde	Cláudio Henrique Pedrosa	Psicologia Social/PUC-SP	2006
9	Mulher negra: identidade e	Cleusa Simão	Psicologia/Univ.	2004

	exclusão social		São Marcos	
10	Negro: uma identidade em construção – possibilidades e dificuldades	Conceição Corrêa Chagas	EICOS/UFRJ	1993
11	As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras	Cristiano Santos Rodrigues	Psicologia/UFMG	2006
12	À flor da pele : A alfabetização de crianças negras: entre o estigma e a transformação	Denise Conceição das Graças Ziviani	Psicologia/UFMG	2003
13	Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade	Elcimar Dias Pereira	Psicologia Social/PUC-SP	2008
14	Processos identitários e suas vicissitudes em uma comunidade Quilombola	Ercília Maria Soares Souza	Psicologia/UFP A	2007
15	As novas formas de racismo e os valores sociais	Giovani Amado Rivera	Psicologia Social/UFPB	2009
16	Juventude negro-descendente e a cultura hip-hop na periferia de São Paulo: possibilidades de desenvolvimento humano sob a ótica da psicologia analítica	Guilherme Scandiucci	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/USP	2005
17	Representações sociais do pecado	Julio Cesar Cruz Collares da Rocha	Psicologia/UFRJ	2007
18	Etnia e coalizão: um estudo sobre categorização social em um contexto de conflito grupal	Leandro Luís Santos e Nascimento	Psicologia Experimental/USP	2009
19	Nós versus eles, eles e elas: comparação intercultural e intersexual na detecção de coalizões e alianças	Leonardo Antônio Marui Cosentino	Psicologia Experimental/USP	2008
20	Criança negra e educação: um estudo etnográfico na escola	Letícia Passos de Melo Sarzedas	Psicologia/Unesp	2007

21	Da representação ao mito: xirê-festa e tradição negro-brasileira	Lilia Mara Camera de Paula	ISOP/FVG	1989
22	Três gerações de identidade e alteridade de mulheres negras mestiças: eu com elas, eu sem elas	Loverci Gomes de Moraes	Psicologia/Univ. São Marcos	2000
23	Expressões da vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações da branquitude entre indivíduos brancos	Lúcio Otávio Alves Oliveira	Psicologia/UFB A	2007
24	O corpo, a mente e o espírito do negro brasileiro: raça, loucura e religião na obra de Nina Rodrigues	Marcela Franzen Rodrigues	Psicologia Social/UERJ	2011
25	Estereótipos, preconceitos, axé-music e pagode	Marcos Joel de Melo Santos	Psicologia/UFB A	2006
26	A beleza negra na subjetividade dos meninos: um caminho para as mariazinhas? Considerações psicanalíticas	Maria Aparecida Miranda	Psicologia Clínica/USP	2004
27	Relações raciais e ações afirmativas em textos jornalísticos da cidade de Recife	Maria Conceição da Costa	Psicologia/UFP E	2010
28	Considerações sobre racismo e subjetividade: problematizando práticas, desnaturalizando sujeitos e lugares	Maria da Conceição Nascimento	Psicologia/UFF	2005
29	Como uma faculdade voltada para a população negra favorece o enfrentamento da desigualdade racial, o aumento da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho desta população	Maria da Glória Calado	Psicologia/Univ. São Marcos	2007
30	A produção de sentidos sobre violência racial no atendimento	Maria de Jesus Moura	Psicologia/UFP E	2009

	psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero			
31	A sexualidade dos adolescentes negros: os significados atribuídos na escolha do parceiro afetivo e sexual	Maria José Pereira dos Santos	Psicologia Social/PUC-SP	1999
32	Bloco Afro Ile Ayie – Seus protestos e sua beleza: um estudo psicossocial das minorias ativas na constituição da identidade negra na Bahia	Maria Palmeira da Silva	Psicologia Social/PUC-SP	1995
33	Resistência à mudança de atitude preconceituosa racial avaliada pelo paradigma de equivalência de estímulos	Marília Pinheiro de Carvalho	Psicologia/UFScar	2009
34	Identidade de uma brasileira: mulher, negra e pobre, a partir de um contexto de violência, busca sua emancipação	Mônica Salomão Cabral	Psicologia/Univ. São Marcos	2002
35	Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro em ascensão social	Neusa Santos Souza	IPUB/UFRJ	1981
36	Sobre crianças no espaço híbrido da esperança	Regina Marques de Souza	Psicologia Social/PUC-SP	2003
37	A união faz a força: expressões do mito familiar em famílias negras das camadas baixas – São Paulo, século XXI	Reimi Solange Chagas	Psicologia Social/PUC-SP	2009
38	Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro	Rosália de Oliveira Lemos	EICOS/UFRJ	1997
39	Negros e negras na publicidade televisiva – na ótica das educadoras negras da rede municipal de educação de Belo Horizonte	Rosália Estelita Gregório Diogo	Psicologia/UFMG	2005

40	Da FEBEM até o Carandiru, do Carandiru à USP: o processo de transformação de uma identidade	Rose Meire Mendes de Almeida	Psicologia/Univ. São Marcos	2005
41	Processos identitários em contexto de ações afirmativas	Sílvia Adriana Silva	Psicologia/UFG	2008
42	Discriminação racial: um estudo dos episódios registrados na promotoria de combate ao racismo do Ministério Público em Salvador	Valdísia Pereira da Mata	Psicologia/UFB A	2009

## ANEXO C – Artigos

	Título	Autor	Periódico, ano
1	Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito	Gouveia, V. et al	Psicologia: Reflexão e Crítica, 2006
2	Violência e identificação de raça como consequência da categorização de grupo	Gonçalves, D.	Estudos de Psicologia (Natal), 2010
3	A psicologia racial no Brasil (1918-1929)	Masiero, A.L.	Estudos de Psicologia (Natal), 2005
4	Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado	Rodrigues, C.S. et al.	Psicologia e Sociedade, 2010
5	Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários	Filho, P.O. et al.	Revista Psicologia Política, 2009
6	Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero	Roso, A. et al.	Psicologia e Sociedade, 2002
7	Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão	Schucman, L.V.	Revista Psicologia Política, 2009
8	A mobilização do discurso de democracia no combate às cotas para afrodescendentes	Filho, P.O	Estudos de Psicologia (Campinas), 2009
9	Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro	Acevedo, C.R. et.al	Revista Psicologia Política, 2009
10	Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita	Nunes, S.S.	Psicologia USP, 2006
11	O preconceito racial no Brasil: medidas comparativas	Pires, A.M.	Psicologia e Sociedade, 2010
12	As novas formas de expressão do preconceito e do racismo	Lima, M.E. et al.	Estudos de Psicologia (Natal), 2004

13	Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional	Filho, P.O.	Estudos de Psicologia (Natal), 2005
14	Sucesso social, branqueamento e racismo	Lima, M.E. et. al.	Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2004
15	O pensamento freudiano sobre a intolerância	Fuks, B.B.	Psicologia Clínica, 2007
16	Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília	Weller, W. et. al.	Revista Estudos Feministas, 2008



## ANEXO 3 – Livros

	Título	Autor
1	Mulher negra, homem branco: um breve estudo do feminismo negro	Gislene Aparecida dos Santos
2	Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula	Ivone Martins de Oliveira
3	Freud, raça e sexos	Sander L. Gilman
4	Psicologia e relações raciais: guia de referências	Conselho Regional de Psicologia da Bahia
5	Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades	Maria Aparecida Silva Bento
6	Racismo e preconceito	James M. Jones
7	A persistência do racismo contra negros: contribuições da psicologia	Sylvia da Silveira Nunes
8	Preconceito racial e estereótipo sexual no Brasil	Aroldo Rodrigues
9	A eloquência do ódio: reflexões sobre o racismo e outras alofobias	Manoel Soares Bulcão Neto
10	O ser negro: a construção da subjetividade em afro-brasileiros	Maria da Consolação André
11	Pele negra, máscaras brancas	Frantz Fanon
12	A ilusão da raça humana	Walter Di Biase
13	Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil	Iray Carone et al.
14	Estereótipos, preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas	
15	Política e psicanálise: o estrangeiro	Caterine Koltai
16	Ninguém atravessa o arco-íris: um estudo sobre negros	José Tiago Reis Filho

## ANEXO E

**RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002**

Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

**O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e pelo Decreto 79.822;

**CONSIDERANDO** a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se lê: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana” e a “Declaração de Durban”, adotada em 8 de setembro de 2001, que reafirma o princípio de igualdade e de não discriminação;

**CONSIDERANDO** a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;

**CONSIDERANDO** que o racismo é crime inafiançável e imprescritível conforme o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988;

**CONSIDERANDO** os dispositivos da lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

**CONSIDERANDO** os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos:

“Art. VI – O Psicólogo colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano.

Art. VII – O Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10/12/1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas;”

**CONSIDERANDO** que o art. 27 do Código de Ética do Psicólogo prevê a quebra do sigilo quando se tratar de fato delituoso cujo conhecimento for obtido através do exercício da atividade profissional;

**CONSIDERANDO** que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer;

**CONSIDERANDO** a decisão tomada na reunião plenária do dia 19 de dezembro de 2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2002.

**ODAIR FURTADO**

Conselheiro-Presidente